

PT BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

As Lições da greve

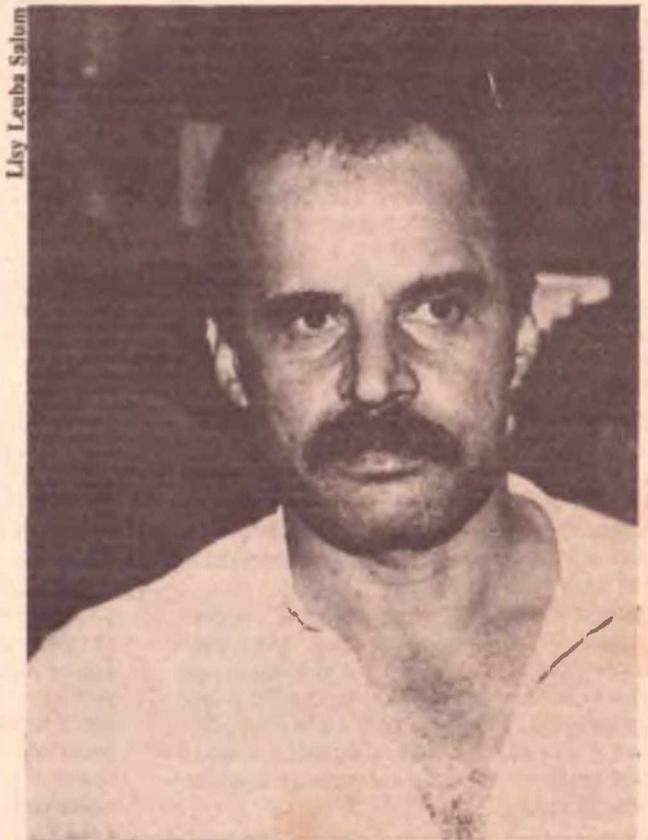
A Comissão Executiva Nacional do PT, reunida nos dias 29 e 30 de agosto, debateu o processo e os resultados da greve geral do dia 20 e concluiu que ela foi derrotada: "...não é demérito algum admitir publicamente a derrota da greve geral. Ao contrário, os partidos políticos, as centrais sindicais e todos os que trabalharam pelo êxito do movimento, só conseguirão credenciar-se efetivamente junto à classe trabalhadora se não escamotearem a verdade. Os trabalhadores são suficientemente inteligentes para distinguir a verdade da mentira, e não se deixarão enganar por avaliações triunfalistas. Além disso, só confrontando os fatos reais com a avaliação de suas causas é que a classe trabalhadora poderá aprender com essa greve e preparar-se convenientemente para as lutas futuras (...)

Como partido que não tem medo de errar nem de reconhecer publicamente os erros que comete, o PT deve extrair do acontecimento todas as lições possíveis, de modo a continuar contribuindo efetivamente para a libertação da classe trabalhadora."

Veja a íntegra do documento da CEN nas páginas 7, 8 e 9

DJALMA DIZ NÃO À POLÍCIA FEDERAL

Enquanto os grandes crimes financeiros continuam impunes, a Polícia Federal se dedica a perseguir líderes petistas e dirigentes sindicais. Mas Djalma Bom mostra o que fazer: recusar os interrogatórios, com base no direito constitucional de livre opinião. Abaixo, a íntegra da carta-protesto de Djalma Bom à Polícia Federal:



Djalma Bom, presidente do DR/SP.

Ilmo. Dr. Jayme Petra Filho DD. Delegado de Polícia Federal Prezado Senhor, Pela segunda vez no mesmo mês compareço, por intimação, a esta Delegacia de Polícia Federal. Pela segunda vez no mesmo mês sou instado a explicar opiniões e frases a mim atribuídas publicadas pela imprensa e pinçadas por V. S.^a. A Polícia Federal, que V. S.^a integra, não pode ser o juiz daquilo que os cidadãos pensam nem pode colocar-se acima das Constituição Federal, praticando arbítrio e arbitrariedade. Considero uma arbitrariedade estar aqui, para explicar minhas opiniões, já que a Constituição Federal assegura, ainda, aos cidadãos o exercício da livre manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica. Portanto, não poderá ser aberto Inquérito Policial nem eu ser indiciado, sob a suposição de incitação ou apologia de fato criminoso, sem que, com isso, se pratique uma violação ao meu direito constitucional de manifestação de pensamentos.

Ademais tais investigações por aqueles delitos não são da alçada da Polícia Federal, sendo V. S.^a absolutamente incompetente para presidir o IPL (Inquérito Policial).

Não quero me alongar nas razões pelas quais, embora aqui comparecendo, declinarei de responder a qualquer indagação por V. S.^a formulada, requerendo sejam as declarações anteriores que prestei naquilo que V. S.^a chama de IPP (Investigação Policial Preliminar) juntadas ao Inquérito Policial.

Por outro lado gostaria de manifestar outra opinião a V. S.^a, ainda no uso de direito constitucional: melhor seria que a Polícia Federal se dedicasse a investigar os reais crimes praticados contra a economia popular, e apresentasse à Imprensa, com o mesmo destaque que alardeia ao me chamar para depor, os resultados das investigações dos infundáveis escândalos financeiros contra o povo praticados e também fartamente noticiados pela Imprensa.

Sem mais. Atenciosamente,
DJALMA DE SOUSA BOM

Argentina: devagarinho, os genocidas voltam ao poder pág. 10

Lula para presidente? pág. 12

Brigada Petista conta como foi na Nicarágua pág. 11

Suplicy: os números da miséria - pág. 3

As dores do nosso crescimento - págs. 4 e 5

Patrões depenam o pavão da Fazenda

O Plano Bresser é galinha morta nas mãos do empresariado. Vem aí mais inflação e arrocho.

O patronato já rifou o plano Bresser e seu risonho autor. Está tudo armado para um retorno fulminante da inflação, que vai radicalizar o arrocho salarial embutido na política econômica da Nova República.

Se o governo insistir em administrar os preços, o empresariado vai responder com uma saraivada de ágios e demissões de derrubar qualquer ministro. Quer dizer, a greve geral de agosto não saiu. Mas o que vem por aí, em setembro/outubro, vai fazer muito pelego engolir seco e se arrepender de ter tripudiado em cima das falhas da CUT e da CGT. As duas centrais sindicais, se souberem dar a volta por cima e fizerem uma avaliação correta da conjuntura, terão uma primavera quente para rearticular o movimento sindical.

O ministro Bresser Pereira continua a passear a sua afetação pelos salões empresariais. Mas não convence, nem é ouvido. O ministro é um pavão depenado. Ele finge desconhecer a própria nudez, mas um pavão depenado é um pavão depenado: vale tanto quanto uma galinha morta.

Bresser Pereira, que se diz social-democrata - licenciado, claro -, com uma longa carreira de serviços prestados ao grupo Pão de Açúcar, deu ao patronato tudo o que lhe foi exigido. Perdeu a crista e o rabo. Sobrou só a empáfia. E a doce ilusão de que os patrões saberiam retribuir a gentileza quando fosse preciso.

O ministro fez o que pôde por eles: deixou os preços subirem ao infinito até as vésperas do congelamento. E quando a inflação chegou a 26%, em junho, ele congelou "tudo", cristalizando um arrocho salarial inédito na história brasileira. O DIEESE calcula que desde o Cruzado, até agora, houve uma perda média de 44% do poder aquisitivo dos trabalhadores. De lambuja, Bresser montou uma Política salarial pra Delfim nenhum botar defeito: determinou a correção dos salários pela média da inflação passada, o que, num horizonte de preços ascendentes, é covardia.

O que ele esperava em troca? Esperava que os patrões, saciados por aquela orgia remarcatória, mostrassem certa moderação de apetite na etapa de flexibilização de preços. Com isso, o êxito de seu plano seria incostentável, esvaziando as pressões sindicais e desarmando eventuais resistências dentro do próprio PMDB. Nas últimas semanas, porém, a assessoria de Bresser não se cansa de lamentar a "ingratidão empresarial", expressa em exigências de reajustes que variam de 20% a 40%. E que ameaçam transformar a "flexibilização" num foguetório de inflação capaz de implodir qualquer política econômica e respectivos mentores. Algumas hipóteses que circulam entre as lideranças patronais de São Paulo: 9% de inflação em setembro, 13% em outubro... e daí para frente o céu é o limite. Com um novo choque em fevereiro, claro.

Há muito pouco a ser feito pelo governo para evitar essa trajetória desagregadora e

desmoralizante. Os assessores de Bresser lamentam a atitude "irracional" e "imediatista" do patronato. Ignoram que essa força cega é a própria essência do sistema capitalista que pretendem "ajustar". A verdade é que não há como planejar uma economia onde cada patrão faz o que bem entende - produza ele alfinete ou alimentos essenciais. E o que fizeram os patrões desde o congelamento até agora?

1) Liquidaram todo o estoque que tinham nas fábricas e no comércio - quer dizer, deixaram o mercado na fronteira da escassez; 2) Demitiram num ritmo fulminante - mais de 40 mil operários em São Paulo só em junho, outro tanto em agosto, praticamente ceifando todo o emprego criado durante o Cruzado; 3) Reduziram drasticamente o uso de capacidade nas linhas de montagem de suas fábricas - a taxa de ocupação caiu de 85% para 76%, atualmente.

A jogada empresarial é clara: quem quiser comprar terá que pagar o preço pedido - reajustes de 20% a 40%, certo? Se não for assim, se o governo engrossar para salvar as aparências do plano Bresser, pagará um preço ainda mais alto. O nível de produção que já está baixo cairá mais. Resultado: escassez, ágio e demissões. As opções que sobram ao ministro da Fazenda, portanto, são de baixar a crista de qualquer Pavão. Se resistir à investida patronal, agrava a recessão. Se conceder os aumentos exigidos, sanciona a volta da inflação. É assim que um pavão vira galinha morta.

Seria injusto, porém, atribuir apenas à "irracionalidade" patronal a transfiguração galinácea do ministro. A verdade é que o modelo de "ajuste" imaginado por ele para o capitalismo brasileiro já embutia o germe de novos estrangulamentos. Sua pedra de toque é o arrocho salarial e o incentivo (via aceleração cambial) das exportações. Com

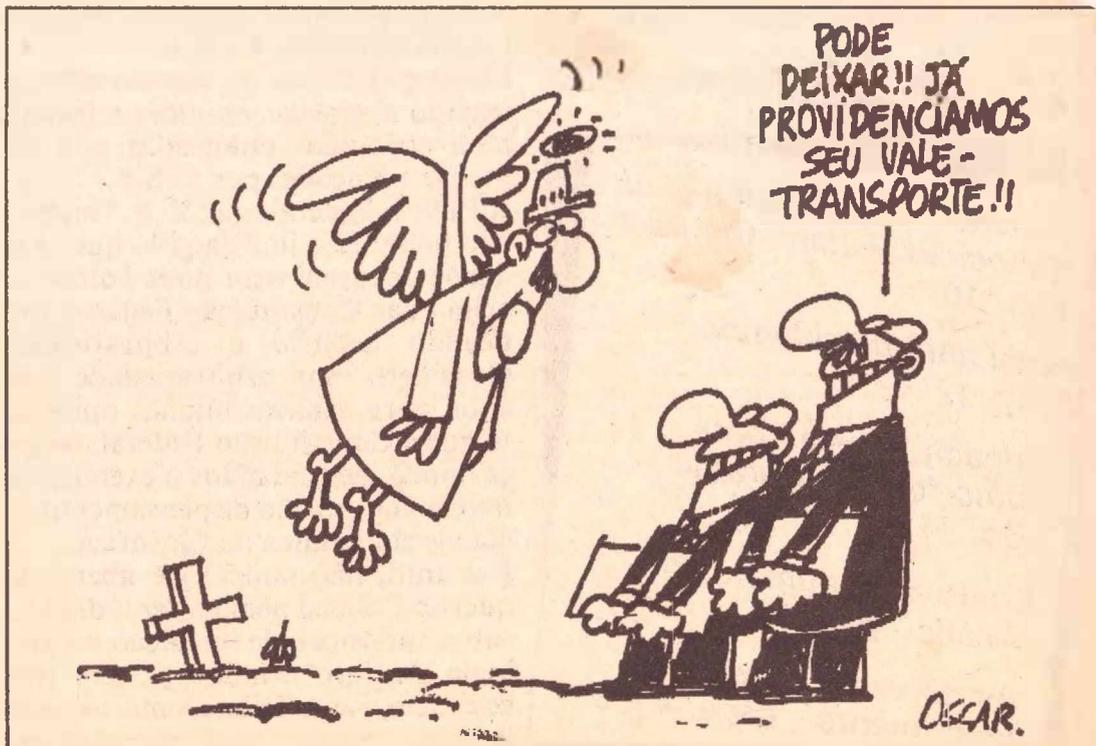
isso, a queda da demanda viabiliza as demissões e a chantagem empresarial, baseada na escassez e no ágio. Os ganhos crescentes dos exportadores, por sua vez, elevam a disponibilidade de dinheiro nas mãos do patronato e permitem a especulação, a estocagem de bens etc.

Finalmente, a recessão agrava a crise financeira dos estados, dos municípios e das estatais (envidadas), bem como de pequenos e médios empresários - que sobrevivem num mercado em expansão. Resultado: as pressões pela liberação de verbas federais, por subsídios, financiamentos etc crescem exponencialmente na recessão. Esse quadro de desequilíbrios é incompatível com a estabilidade dos preços, com a retomada dos investimentos produtivos e o crescimento sustentado.

Nunca é demais lembrar que a questão central é política: o governo que está aí não tem força nem legitimidade para impor perdas definitivas a nenhum setor da sociedade. E nem consenso para transferir essas perdas aos credores, através de uma moratória efetiva. Consequentemente o brutal conflito de renda herdado de 20 anos de ditadura - onde se sobrepoem classes, regiões e setores econômicos - subsiste a qualquer plano de "ajuste". Nas mãos do atual governo, o máximo que se pode esperar é que o país mergulhe numa sucessão cada vez mais atribuída de ciclos curtos, alternando crescimento insustentável e recessão, politicamente inviável.

Transformar o Brasil num imenso pantano tropical. É isso que o atual arranjo de forças da Nova República tem a oferecer. O único dique capaz de conter o lamaçal é a pressão dos trabalhadores. E a conquista de eleições diretas.

Claudio Ce





Os números da miséria

O que aconteceu com a distribuição de renda no Brasil

O Partido dos Trabalhadores considera fundamental que a melhoria da distribuição de renda e da riqueza não seja adiada como tantas vezes ocorreu nas últimas décadas. A eliminação da pobreza absoluta de enorme parcela da população só se efetivará na medida em que o crescimento econômico se fizer acompanhado de justiça social.

Ao contrário do Plano de Consistência Macroeconômica do Governo José Sarney, que no seu texto e nas suas 24 tabelas não apresentou dados relativos à participação dos trabalhadores na renda nacional ou à distribuição dos rendimentos entre as diversas camadas da população, o Plano Alternativo de Política Econômica do PT explicita-os, em que pese a escassez de informações oficiais a respeito. Os dados sobre a participação do trabalho na renda nacional nas últimas três décadas apresentam uma tendência declinante conforme três fontes diversas:

A série mais antiga, incompleta, da Fundação Getúlio Vargas, sobre a participação da remuneração do trabalho na Renda Interna Urbana indica que ela era de 56,6% em 1949, passou para 55% em 1959 e oscilou em torno da média de 52,2% no período de 1970-75, conforme consta da publicação "Indicadores Sociais - Tabelas selecionadas 1979" da Fundação IBGE. Dados sobre a participação de empregados do Produto Interno Bruto, à custa dos fatores, indicam um declínio de 40,7% em 1970 para 38,3% em 1975 e daí para 37,6% em 1980. A remuneração dos empregados não inclui os que, na população economicamente ativa, são autônomos ou empregadores (cerca de 22% e 3%, respectivamente). Já a participação dos ganhos dos trabalhadores no valor adicionado na indústria, que era de 26%, em 1963, em torno de 25% de 1965 a 1969, cerca de 22% nos anos 70, baixou para 20% em 1981 e 1983, e para 19%

em 1984 e 85, segundo a FIBGE. O Relatório do Desenvolvimento Mundial, em 1987, publicado pelo Banco Mundial, mostra que a proporção de ganhos dos trabalhadores no valor adicionado na indústria no Brasil é a mais baixa, nos anos recentes, dentre todos os países classificados como de renda média superior, e é metade da observada nas economias desenvolvidas.

No que diz respeito à participação na renda das diversas camadas da população economicamente ativa, a constatação básica é que em 1985, último ano para o qual há dados disponíveis da FIBGE (Relatório de Indicadores Sociais, a ser publicado em agosto de 1987), o grau de desigualdade era mais intenso do que o apresentado em 1979, início do último governo militar, o qual afirmara que iria concentrar esforços para reverter a tendência de crescente desigualdade observada nas décadas de 60 e 70.

Em 1985, primeiro da "Nova

República", os 50% mais pobres na População Economicamente Ativa (PEA) tinham apenas 13% do rendimento total, menos do que os 1% mais ricos, os quais desfrutavam 14,4%. Comparando com os 50 países para os quais há dados disponíveis no Relatório do Desenvolvimento do Mundo de 1987, é o Brasil aquele que os 10% mais ricos detêm a maior parcela da renda, 47,7% em 1985.

As medidas propostas no Plano de Emergência do PT visam elevar significativamente a participação dos salários na renda interna, tornando-o mais compatível com o grau de processo alcançado pela economia brasileira, bem como a distribuição muito mais equitativa do que a ocorrida nos últimos 25 anos, que, em grande parte, vem de quatro séculos de desigualdades perpetradas pela escravidão, pela iníqua estrutura fundiária e formas diversas de opressão e denominação política. **Eduardo Suplicy**

Plano Alternativo de Política Econômica do PT

Os Planos de Estabilização Econômica, implementados pelo Governo Sarney - os Planos Cruzados, Cruzado II e o novo Cruzado foram todos concebidos e executados do mesmo modo autoritário que a política econômica do regime militar: formulados por equipes tecnocráticas, sem consulta à sociedade ou aos seus representantes parlamentares, baixado por decretos-leis e continuamente revistos e ajustados por portarias, decretos, resoluções etc. O PT propõe um Plano Alternativo a ser apresentado à opinião pública, após ampla discussão por todas as forças sociais, ser submetido à apreciação soberana do Congresso.

O PT não se limita, neste Plano Alternativo, a propor políticas de preços e salários, de dívida externa, fiscal, monetária etc... diferentes das que o Governo Sarney vem pondo em prática. A Alternativa proposta tem como princípio geral que elementos importantes de decisão, implementação e acompanhamento da política econômica devem ser transferidos dos órgãos do Executivo aos próprios trabalhadores, enquanto produtores e consumidores. Este princípio se justifica por duas razões: Uma política: é preciso confiar à classe trabalhadora organizada, em confronto direto com a classe capitalista, o encargo de negociar, fixar e fiscalizar preços, salários, destinação de verbas públicas e créditos subsidiados, de acordo com diretrizes genéricas, a serem determinadas por lei, votadas pelos representantes eleitos pela população. Sem engajar diretamente os trabalhadores nas decisões que afetam o seu nível de vida - como vem acontecendo até agora - a democracia política não passa de um exercício formal e vazio de pôr votos em urnas, sem conexão visível com as questões do dia-a-dia, que atormentam a grande maioria dos explorados: inflação, arrocho salarial, desemprego, ruína de pequenos produtores etc. A outra razão é de eficiência econômica: as resoluções baixadas de cima para

baixo, formuladas em Brasília para vigorar em todo o país ou em grandes regiões do mesmo, se revelam em geral inexecutáveis ou têm sua aplicação distorcida, quando não inteiramente anulada pelos interesses locais dominantes. São exemplos recentes o congelamento de preços, a distribuição de crédito subsidiado aos agricultores e pequenos empresários, a sonegação de produtos com preços tabelados. Para dar eficiência à política econômica é imprescindível incluir nos órgãos decisórios centrais representantes dos trabalhadores e entregar - conforme o caso - a execução e/ou o acompanhamento, em nível local, aos trabalhadores organizados em sindicatos, cooperativas, associações de moradores, de consumidores etc.

O Plano Alternativo do PT propõe uma descentralização da política econômica em sua implementação concreta e uma democratização dos órgãos que a formulam e decidem, com participação dos trabalhadores em todos os níveis. O papel do governo federal na formulação da política econômica será: 1. levantar e processar as estatísticas e realizar os estudos que fundamentam as alternativas de políticas em debate; 2. arbitrar os impasses que possam surgir no confronto entre trabalhadores e capitalistas nos órgãos de decisão, tais como o Conselho Monetário Nacional ou os Conselhos de Preços e Salários.

A inflação é o resultado de conflitos distributivos, inerentes ao capitalismo. Estes conflitos foram exacerbados desde 1982, quando a crise da dívida externa impôs sensível diminuição do valor da renda nacional disputada pelas classes e frações de classe. As políticas de ajuste, adotadas entre 1983 e 1985, jogaram a perda sobre os assalariados e sobre os orçamentos públicos, enquanto a inflação subia a mais de 200% ao ano.

A inflação deve ser reduzida a um nível mínimo, porque, além de confiscar poder aquisitivo dos trabalhadores, cada vez que ela acelera atinge tal magnitude que

ameaça desorganizar a vida econômica do país. Mas, reduzir a inflação requer abrir os conflitos distributivos à possibilidade de serem travados politicamente, com fixação simultânea de preços e salários. Deste modo, salários reais e margens de lucro devem ser negociados explicitamente, por trabalhadores e capitalistas, em nível local, setor por setor. Trata-se de superar definitivamente o sistema atual, em que os trabalhadores lutam periodicamente por aumentos nominais de salários, que os capitalistas tratam de anular no momento seguinte, mediante o aumento dos preços. Os contratos coletivos de salários e preços devem fixar ambos por determinado prazo, de modo a garantir o poder de compra dos salários.

A redução paulatina da inflação será obtida pelo aumento dos prazos dos contratos coletivos de preços e salários, e por diretrizes gerais que imponham tetos aos aumentos de preços a serem negociados em todo o país. Estes tetos devem ser fixados por um Conselho Nacional de Preços e Salários, composto por representantes dos trabalhadores assalariados e autônomos, capitalistas e governo ao qual caberá formular a política nacional de preços e salários, inclusive de projetos de lei a serem apresentados ao Congresso Nacional.

A luta contra a inflação deve ter como eixo principal a redistribuição de renda, cuja finalidade é a eliminação da pobreza absoluta do Brasil num prazo de 4 a 5 anos. A redistribuição de renda deverá ser alcançada mediante: 1. aumento sistemático de salário mínimo real até ser suficiente para satisfazer as necessidades básicas de um adulto que trabalha fora de casa; 2. aumento do salário-família real, a ser pago pela Previdência Social, até garantir a cada família pobre uma renda mínima capaz de satisfazer as necessidades básicas de seus componentes. O salário-família será regulado de forma a não desincentivar membros capazes destas famílias a procurar trabalho remun-

rado; 3. salário-desemprego que, combinado com o salário-família, assegure à família do desempregado a renda mínima.

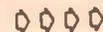
A fixação do salário mínimo e do salário-família será feita pelo Conselho Nacional de Preços e Salários, sob a forma de projeto de lei, a ser submetido ao Congresso.

Política salarial visando repor, em prazo mínimo, as perdas salariais sofridas pelas várias categorias de trabalhadores nos últimos 5 anos. A reposição deve ser escalonada de modo a atender com maior urgência os trabalhadores que ganham até 3 salários mínimos.

Os aumentos salariais a título de reposição e de elevação do salário mínimo só poderão ser repassados aos preços com anuência dos Conselhos de Preços e Salários a serem formados em nível local e setorial. Participarão destes Conselhos representantes de trabalhadores e capitalistas responsáveis pela produção dos bens finais e dos principais insumos (matérias-primas, energia), dos consumidores dos bens finais e do governo (Delegacias do Ministério do Trabalho, da SUNAB etc).

Em cada empresa haverá um Conselho de Representantes dos empregados, com estabilidade no emprego e direito a examinar os dados contábeis para fiscalizar o cumprimento dos acordos concluídos nos Conselhos de Preços e Salários.

Os preços no varejo de produtos originados de oligopólios devem ser fiscalizados pela SUNAB, em cujas delegacias estaduais e municipais os consumidores devem ter representação. Os preços de produtos não padronizados (roupas, calçados), os originados de grande número de pequenas empresas (hortigranjeiros) e de produtos que não são de primeira necessidade devem ser determinados por oferta e demanda. O governo deve praticar política de abastecimento que vise garantir oferta abundante dos produtos de primei-





ra necessidade com preços não controlados, de modo a impedir que sofram altas.

O superendividamento afeta o Brasil e mais dezenas de países menos desenvolvidos.

Todos eles estão praticamente impedidos de se desenvolver pelas exigências dos credores de que cada país endividado pague montantes enormes de juros e aplique políticas recessivas para arrecadá-los. O PT está convencido de que esta questão só será resolvida quando os países superendividados se unirem para mudar a correlação de forças com os credores, impondo a estas mudanças no sistema financeiro internacional que favoreçam os países menos desenvolvidos.

O Brasil é o maior de todos os países endividados e tem a maior dívida externa. Isso oferece ao governo brasileiro condições excepcionais para promover a união desses países, de modo a romper o impasse que já dura 5 anos.

O PT vem propondo desde 83 a suspensão do pagamento da dívida externa. Desde fevereiro deste ano, o governo brasileiro, face a absoluta falta de divisas, adotou parcialmente esta proposta. No entanto não há uma política sistemática de defesa e reconstrução das reservas cambiais do país. Neste sentido o Plano Alternativo propõe: 1. racionar todas as remessas de valores ao exterior - juros, royalties, lucros, repatriamento de capital - de modo a fazer com que as reservas voltem, até o final de 1987, a atingir o valor de pelo menos um semestre de importações, ou seja, cerca de 7 bilhões de dólares; 2. executar um plano de emergência de substituição de importações, dando toda priori-

dade aos investimentos necessários; 3. fazer acordos de intercâmbio comercial com todos os países que aceitem trocas bilaterais e trocas multilaterais sem utilização de "moeda forte" para a liquidação de saldos; 4. subir o superfaturamento das importações e o subfaturamento das exportações mediante rigorosa fiscalização do comércio exterior; 5. adotar sistema de taxas, tendo em vista planejar o comércio exterior, visando: a) desencorajar a exportação de produtos essenciais à população; b) desencorajar o gasto de divisas com importação de produtos não essenciais. A política cambial, de remessas e intercâmbio comercial será determinado por um Conselho, em que os trabalhadores estarão devidamente representados.

A dívida externa deverá ser submetida a uma auditoria, realizada por Comissão de Alto Nível, composta por representantes do Congresso e peritos de órgãos internacionais de que o Brasil participa: SELA, CEPAL, Acordo de Cartagena. Esta auditoria deve averiguar quantos dólares entraram, desde 1974, efetivamente no país, quantos dólares representam juros e comissões bancárias capitalizados, quantos dólares constituem empréstimos a subsidiárias de multinacionais, feitos com aval de suas matrizes e o valor das perdas sofridas pelo Brasil pela baixa de preços de exportação, causada pelos programas de ajuste executados pelos países superendividados, sob pressão do FMI e dos credores.

Os resultados da auditoria devem ser submetidos ao Congresso para que este decida que parcela da dívida externa foi imposta de forma ilegítima e por isso deve

ser repudiada.

Reforma do sistema tributário visando reduzir paulatinamente os impostos indiretos, exceto os que gravam bens e serviços de luxo e os que podem prejudicar a saúde dos consumidores (cigarros, bebidas alcoólicas). Aumentar ao mesmo tempo os impostos diretos, sobretudo os que gravam as altas rendas individuais, os lucros extraordinários, a grande propriedade imobiliária urbana e rural e as grandes heranças.

Criar um imposto de emergência com a finalidade de reduzir, de uma única vez, o montante da dívida externa. Este imposto deve gravar as grandes fortunas, atingindo os 5% mais ricos da população.

Os gastos públicos devem ser submetidos a rigorosa fiscalização popular. Todas as vagas no serviço público devem ser obrigatoriamente preenchidas por concurso. Devem ser formadas Comissões Especiais de Defesa do Patrimônio Público - com representação dos trabalhadores - para apurar denúncias de empreguismo, corrupção e desvios de recursos em nível federal, estadual e municipal. Os Tribunais de Contas devem ser reformulados passando a ser compostos por representantes eleitos pela população.

A redução da dívida pública e dos abusos cometidos deve permitir a expansão do gasto público prioritário, com saúde, educação, saneamento, transporte coletivo e habitação popular.

O déficit governamental deve ser limitado ao investimento que visa plena amortização e retorno, em atividades produtivas, tais como indústria de petróleo, energia elétrica, siderurgia, telecomunicações,

etc. Tais investimentos devem ser programados pela SEST, em colaboração com o BNDES e Fundo Nacional de Desenvolvimento. Representantes dos trabalhadores devem integrar as direções destes órgãos.

A política monetária deve ser programada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e executada pelo Banco Central (BC). O PT propõe que o CMN seja integrado, em pelo menos a metade, por representantes eleitos pelas Centrais Sindicais e pelas associações de pequenos produtores. E que na direção do BC haja representantes eleitos pelos funcionários do mesmo.

A oferta de crédito deve atender toda demanda legítima pelo mesmo decorrente da produção e do consumo, a taxas de juros reais baixas e discriminadas. O crédito deve ser alocado pelo CMN de modo a favorecer as inversões que atendam às necessidades básicas, tais como produção, escoamento, armazenamento e distribuição de alimentos, remédios, matérias-primas básicas, etc. O CMN, com adequada representação dos trabalhadores, deve rever toda política de subsídios, visando prover de crédito a taxa de juros baixas atividades que sejam prioritárias para eliminar a pobreza do país.

O crédito subsidiado, a juros reais negativos, deve ser concedido apenas em casos excepcionais sem sigilo bancário e alocado unicamente por bancos públicos. A sua concessão efetiva deve ser fiscalizada por representantes de organizações (sindicatos, cooperativas, associações de mutuários) dos beneficiários, para impedir que haja favoritismo e malversação de fundos públicos.

As dores do crescimento

Em todo o país o Partido cresce, colocando-se como única alternativa após o desgaste acelerado do PMDB. Aqui as dores do crescimento em Minas.

Eles chegam em número cada vez maior. Tímidos alguns, desconfiados como convém aos mineiros, espertos, oportunistas à caça de uma legenda fácil, lideranças de pequenos mundos: rua, favela, sindicato, principalmente rural.

Na sede do PT em Belo Horizonte são seis por dia, em média, sem contar o que acontece nos 192 diretórios e 157 comissões provisórias, nos gabinetes dos parlamentares e até no meio da rua.

Acredito que isto esteja acontecendo no resto do país. Afinal, o crescimento do nosso Partido, o avanço obtido nas últimas eleições, somados ao desgaste cada vez maior do PMDB e da Nova República, credenciam o PT como alternativa mais consequente a tudo que aí está. Desde a nossa negativa em participar do colégio eleitoral, passando pela oposição concreta ao governo Sarney e à pseudotransição democrática até a nossa presença ativa nas lutas sociais, o PT se consolida, cada vez mais, como um partido em condições de exercer o poder.

Seria paradoxal se os nossos acertos políticos, apesar também dos erros, e a nossa ação militante não redundassem no crescimento do Partido.

Se a vocação do PT é a de um partido democrático, amplo e de massas, nada mais saudável e positivo do que este crescimento que hoje se verifica. A vinda para o PT de um número cada vez maior de trabalhadores, jovens, donas de casa, pequenos proprietários rurais e urbanos significa a

materialização de nossa proposta original. Contribui para a oxigenação da nossa vida interna, ao mesmo tempo em que nos coloca diante de maiores responsabilidades.

Há, porém, o reverso da medalha.

Se aparecemos diante das massas como um partido sério, capaz de romper com toda uma cultura de fazer política com quem fazem transações, acabamos atraindo toda sorte de oportunistas e carreiristas que já descobriram que ser candidato pelo PT "é uma boa". Alguns nos procuram para trocar um diretório já formado de outro partido pela legenda. Outros já "ganham a Prefeitura" em alianças que passam pelo latifundiário que distribui leite de graça até o médico que faz o mesmo com suas consultas. Só falta o PT dar um toque popular.

Na impossibilidade de ressuscitem o PDS, de se valerem de um PFL em constante crise de identidade, das brigas paroquiais dentro do PMDB e da fraca presença do PDT no Estado, o PT é uma ótima alternativa para quem vê o partido como uma formalidade a mais dentro das eleições.

Tudo isso obviamente gera reações no interior do PT. Reações saudáveis e mais do que justificadas, mas que correm o risco de manterem o Partido fechado se não forem politicamente tratadas. O risco do desvio eleitoral deve ser uma preocupação constante dos militantes e das instâncias partidárias, pois, de todo o crédito dos políticos junto à sociedade, é inegável que os espaços institucionais se constituem como referên-

cia mais importante para a população. Até internamente as eleições exercem um fascínio por vezes irresistível.

Enfrentar com maturidade, democraticamente, este lado negativo do nosso crescimento vai exigir um grande esforço no sentido de evitar que caiamos nas medidas administrativas e burocráticas. Se temos claro que as eleições do próximo ano representarão um teste decisivo para o PT, na medida em que o risco da diluição é evidente, dado o enorme número de candidatos e a possibilidade concreta que temos de eleger vários deles, as respostas necessariamente devem ser políticas.

É ingenuidade achar que conseguiremos formular regras capazes de brear os oportunistas. Haverá sempre algum mais esperto capaz de burlá-las. Absorver e potencializar o nosso crescimento, sem cairmos no estreitamento que limita o Partido à sua militância histórica, nem na sua descaracterização pelo inchaço de ocasião, é tarefa que só se realiza através do aprofundamento do debate político. O melhor meio de enfrentarmos os problemas gerados por coligações, geralmente limitadas às siglas partidárias ou mesmo ao peso específico de determinados candidatos nesta ou naquela região, é abriremos a discussão de uma política de alianças do PT, que tenha como base uma caracterização mais cuidadosa da formação e da etapa da luta de classes no Brasil. Uma política de alianças que, a partir de uma estratégia global, defina táticas e não o contrário.

A discussão do socialismo e como chegar até ele, a sua relação direta com a democracia, tendo como pano de fundo as respostas conjunturais e históricas que o PT deve produzir, são temas que armam politicamente o Partido não apenas para o combate à burguesia, mas também àqueles que querem apenas se utilizar do PT.

Nada disso é mecânico. Se, como afirma o nosso Manifesto, "queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar (...) de todas as decisões da sociedade", a discussão política deve vir acompanhada do fortalecimento e da ampliação da nossa estrutura orgânica. Se os organismos partidários funcionam, a democracia interna sai das intenções para a prática e criam-se as condições para a ação unificada do PT. Com os organismos funcionando, e só nesta situação, podemos desestimular os carreiristas que se arripiam ao tomarem conhecimento de que, para nós, o mandato é o partido e - o pior para eles - uma parte de seus vencimentos também.

A transição da adolescência para a fase adulta não se faz sem traumas, também na vida política. A infância saudável do PT, traquinas algumas vezes, mas rica de experiências, de avanços e recuos, de lutas aparentemente quixotescas que o tempo se encarregou de mostrar justas e corretas, nos dá a convicção de que temos tudo para sairmos mais fortes dos próximos embates. Enquanto isso, Contra Sarney e a Direta Já!

Antônio Carlos Pereira
presidente do PT/MG

Projeto do PT para a sala da Constituinte



Lisy Leuba Salum

Lula autografa exemplares do Projeto.

Foi realizado, no dia 11 de agosto, um ato para a entrega do Projeto de Constituição do PT à sala da Constituinte da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

O projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil - encaminhado oficialmente pela Bancada do PT à Assembléia Nacional Constituinte em maio deste ano - é a primeira proposta global de texto constitucional apresentada formalmente por um partido político.

Os trabalhos foram coordenados pelo diretor da Faculdade, jurista Dalmo de Abreu Dallari, e o Projeto foi entregue, pela Comissão Constitucional do PT, ao professor Eros Grau.

Lula autografou os exemplares do livro que reproduz a íntegra do Projeto, pronunciando um breve discurso agradecendo a contribuição dos companheiros da Comissão Constitucional e afirmou que "o PT não se omitiu desse embate, pelo contrário, foi mais ousado e tomou uma iniciativa inédita na história das Constituintes brasileiras".



Lisy Leuba Salum

José Eduardo Cardoso e Pedro Dallari, da Comissão Constitucional do PT (nossa "dupla caipira Afonso e Arinos").

PALAVRA DE LÍDER

"Nas eleições de 88 vamos reafirmar a marca do PT"

Raul Pont

Um Partido de massas, democrático e enraizado nos movimentos

Os números revelados pela pesquisa da Folha de S. Paulo, indicando que 28% dos portalegrenses entrevistados votariam no PT para a Prefeitura, contra 16% do PDT e 14% do PMDB, colocam aos petistas uma reflexão. Nosso partido cresceu significativamente e hoje coloca-se como uma alternativa real aos olhos dos portalegrenses. Como chegamos a este resultado? Como vamos solidificar e ampliar este apoio frente aos lobbies e à investida econômica da burguesia - através do favoritismo e clientelismo - às vésperas da eleição.

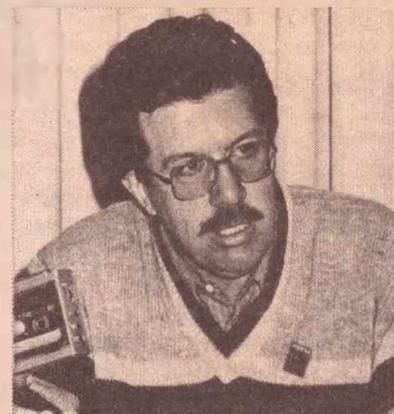
Crescendo enraizado no movimento

O PT no Rio Grande do Sul cresce enraizado firmemente no movimento de massas. Desde a fundação do CBT no Estado, o Partido tem mantido sua ação no movimento através da Central. A polarização com outros partidos e setores foi visualizada em várias categorias através da intervenção concreta da militância petista. Este processo não se restringe às categorias urbanas. No campo, as principais lideranças dos sem-terra do Alto Uruguai e dos minifundiários da Zona de Produção são petistas e cutistas. Embora não completamente resolvidos, importantes dilemas que têm entravado o crescimento petista em outros Estados têm encontrado equacionamento no RS. Há consciência na base do Partido da importância da unidade partidária transposta para o campo sindical. Se em muitos momentos não fomos capazes de impedir a existência de duas chapas petistas em eleições sindicais, quando o fizemos pudemos comprovar o avanço que isto significa, e que acaba prevenindo novas divisões.

Por outro lado, no movimento social urbano, a presença do PT nas recentes ocupações de imóveis do BHM e COHAB expressa já um amadurecimento do Partido, hoje presente majoritariamente nas entidades gerais do movimento - União de Associações de Moradores de Porto Alegre e Federação Rio-Grandense das Associações de Bairro.

Democracia consolida o crescimento

O Partido conta hoje com 27 mil filiados no Estado. Possui diretórios legalizados em 83 municípios e 56 Comissões Provisórias. Esta estrutura partidária é alinhavada por um funcionamento efetivo da direção, através da Executiva Regional. Este grau de construção só pode ser explicado por um processo muito rico de debate interno, de efeito coesionador e impulsionador do crescimento. Diferente da realidade do Partido em outros Estados, temos desde 1983 Diretórios Regionais e Executivas com representação proporcional das correntes partidárias, conforme os resultados dos Encontros. Comprovadamente, este é um elemento que trouxe grande contribuição para o amadurecimento do Partido e solidificou uma equipe de direção no Estado. Isto não anula divergências, mas coloca-as claramente, permitindo que os desafios da luta de classes ponham à prova as concepções de construção partidária e as



definições de linha para o movimento. A convivência com divergências enriquece o debate e reclama discussões mais aprofundadas e resoluções mais sólidas.

A luta eleitoral

Este equilíbrio tem sido também responsável pela aparição unitária do Partido nas eleições. Foi assim em 82, quando obtivemos 3,9% dos votos em Porto Alegre e 1,2% no Estado. Já em 85, em Porto Alegre obtivemos 11,2% para a Prefeitura. Nas eleições do ano passado na legenda a deputado federal e estadual obtivemos cerca de 8% dos votos, elegendo dois deputados federais e quatro estaduais. Destacou-se o resultado da legenda a deputado federal em Porto Alegre: 18% dos votos.

Não ainda entre os motivos do resultado de 28% de preferência ao PT da pesquisa da Folha de S. Paulo um crescente desgaste dos demais partidos.

O PDT, desde os acordos com o PDS e, após, na Prefeitura de Porto Alegre, vem mantendo uma trajetória no sentido inverso a que se propõe: distancia-se dos interesses populares e consolida alianças com setores da burguesia, ao sabor de seus interesses eleitoreiros.

O PMDB, após assumir o governo do Estado como representante da "Nova República", colocou-se a serviços do FMI, aplicando a política definida por Sarney e submetendo-se completamente aos interesses da transição conservadora. Esta política não leva apenas à impopularidade do PMDB e ao deslocamento de suas bases eleitorais. Acarreta perdas e tensões que tendem a se consolidar, expressas na desagregação de sua bancada na Assembléia Legislativa e em dissidências partidárias importantes. É o caso da "Carta de Santo Ângelo", documento que circula no interior do Estado propondo uma saída coletiva se não forem retomadas as propostas originais do Partido.

A resposta do PT

Nas eleições de 1988 vamos mais uma vez reafirmar a "marca PT". Como em 85 para a Prefeitura e em 86 nas eleições proporcionais e para o governo do Estado, vamos afirmar a "marca PT" na luta pela reforma urbana, pela estatização dos transportes, pela inversão da política tributária que sangra o contribuinte e favorece as empresas, pelo ensino público e gratuito e acesso à saúde à população e pela gestão democrática da cidade, com a implantação dos Conselhos Municipais, onde os moradores organizados possam efetivamente expressar os interesses da maioria. Junto com isto, a "marca PT" afirma-se pela transformação radical da sociedade, como a reforma agrária, a garantia de liberdade plena na sociedade e o rompimento da submissão ao FMI.

O crescimento eleitoral do PT é um reflexo do crescimento do Partido no Estado - no movimento de massas, como canal de ação política dos trabalhadores, como opção de classe na luta pelo poder.

ASSINE



Quem é o dono? O eleito ou o Partido?

O PT e o mandato

Uma das coisas que é preciso mudar na política brasileira é a concepção de mandato. Atualmente, o mandato é considerado um objeto que pertence a seu dono, o parlamentar ou o executivo. O mandatado, mesmo quando eleito diretamente, "toma posse" do mandato e daí em diante faz o que quer. Ele sai do partido pelo qual foi eleito, entra em outro, descumpra as promessas de campanha, desobedece as decisões partidárias, frustra e trai seus eleitores mas continua carregando o mandato no bolso, como se fosse uma caneta ou um pente.

O Partido dos Trabalhadores, desde sua criação, vem procurando mudar essa visão. Mas, para enfatizar o antagonismo à concepção vigente, acabou caindo no extremo oposto: o de que "o dono" do mandato é o Partido. No fundo, a mesma concepção, só que com sinal trocado. Em nome do "mandato partidário", um partido também pode descumprir promessas e programas, e, assim, frustrar e trair suas bases e seus eleitores.

Como, então, resolver o problema?

Em primeiro lugar, é necessário entender que um mandato não é uma coisa, um objeto. Não pode, portanto, ser "propriedade" de ninguém: nem do mandatado, nem do partido, nem dos eleitores. Mandato não tem "dono".

Em segundo lugar, é preciso compreender que um mandato é uma relação de delegação e representação que se estabelece entre o **eleitor**, o **eleito** e o **partido**. Os eleitores, ou representados, constituem a fonte geradora da legitimidade do mandato, e, nesse sentido, são os sujeitos da representação. Os eleitos, ou representantes, são os responsáveis pelo cumprimento do mandato, e são, portanto, os objetos da representação. É o partido é o ente coletivo que faz a in-

termediação entre eleitores e eleitos para assegurar a fidelidade e a coerência da representação. Mandato, portanto, não é coisa, não pode ser "propriedade" de ninguém, não pode ter um dono. É uma relação entre três variáveis.

Essas variáveis têm peso igual? Não. A mais importante - porém não exclusiva - é o partido. Porque é o partido que se funda e organiza para estabelecer um programa, as normas de democracia e disciplina internas, uma análise da sociedade e do momento histórico, e, em decorrência, uma linha política adequada. É ainda o partido que cria e mantém os meios jurídicos,

todo o poder que o mandato encerra, o eleitorado se fragmenta, no ato da eleição, em eleitores individuais. Cada eleitor, por si só, não é capaz de gerar um mandato. Cada eleitor, portanto, é só uma parte do conjunto de representados que gerou o mandato. Ainda mais: no Brasil, a imensa maioria dos parlamentares proporcional é eleita não apenas pelos seus eleitores diretos, mas pelos votos de eleitores de outros candidatos concorrentes do mesmo partido, e que não conseguiram se eleger. Acrescente-se o fato de que, no ato da eleição, o eleitor em parte decide ser representado por um determinado candidato, e em parte delega a

dizer que o representante abusou da delegação que lhe fora conferida pelos representados. Nesse caso, os eleitores precisam ter o direito de, mediante algum mecanismo de consulta de caráter plebiscitário, reconfirmar ou não o mandato conferido. Se não houver reconfirmação, o mandato deve ser devolvido a seus eleitores, que elegerão outro representante.

Situação 2. O detentor do mandato descumpra decisão democrática majoritária do partido pelo qual foi eleito ou abandona seu partido para entrar em outro ou ficar sem partido. É o mesmo que dizer que o mandatado rompeu unilateralmente um contrato feito entre três partes. Ele deve ser penalizado. Como? O partido tem de ter o direito de recuperar o mandato e o entregar a um suplente, ou solicitar nova eleição para preencher o posto.

Situação 3. O partido descumpra seu programa ou as decisões democraticamente aprovadas por suas instâncias coletivas. O mandatado - apoiado por manifestação explícita de uma porcentagem de seus eleitores - deve ter o direito de abandonar o partido, ou de ser dispensado do cumprimento das novas orientações partidárias, e, em qualquer dos casos, conservar o mandato.

O Partido dos Trabalhadores precisa debater essas idéias e lutar por elas. Deve começar por casa. Aproximam-se as eleições de 88 e é bom que as bases petistas comecem a discutir questões de critérios a fim de que os eventuais candidatos tenham consciência, antes do dia da votação, de como o Partido encara o mandato parlamentar ou executivo. É necessário, também, fornecer, aos nossos parlamentares já eleitos, subsídios para as batalhas de mudança das leis partidárias e eleitorais.

*O mandato não é um objeto,
não é propriedade de ninguém.
É uma relação entre os
eleitores, o eleito e o
partido. E os três têm
direitos sobre o mandato.*

organizacionais e materiais que permitem a existência de candidaturas, a eleição, a investidura no posto e o exercício do mandato. É, enfim, o partido que se prepara para orientar e assessorar uma bancada e cada um dos mandatados no dia a dia das decisões e ações parlamentares e executivas.

Em segundo plano, vem o próprio mandatado: sua representatividade e sua liderança, que o fizeram ser candidato e ser eleito; a responsabilidade pelo desempenho cotidiano, o acerto das decisões, o esforço no cumprimento da vontade dos eleitores e das resoluções partidárias.

E, em terceiro, o eleitor. Embora fonte originária de

esse candidato - ou a um outro, do mesmo partido - o poder de representá-lo e, portanto, de tomar decisões por ele.

Assim, o mandato precisa exprimir a síntese de poder exercido por um tripé constituído por essas três peças, nesta ordem: partido, mandatado, eleitores. Trata-se, portanto, de uma relação de equilíbrio instável.

Esse equilíbrio às vezes é rompido, em algum momento da duração do mandato. Vejamos algumas situações típicas e as formas capazes de restaurar o equilíbrio do mandato.

Situação 1. O mandatado descumpra compromissos com os eleitores. É o mesmo que

PT avalia a greve

Aprendemos com nossos erros

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores reuniu-se nos dias 29 e 30 de agosto e, com a participação de dirigentes sindicais petistas, debateu o processo, os resultados e as consequências da projetada greve geral do dia 20.

A CEN considera que os problemas detectados na declaração da greve geral com a principal forma de luta para o presente momento e, depois, na sua preparação e deflagração, vão além do movimento sindical. Eles têm influência sobre o movimento social brasileiro como um todo e precisam ser examinados pelo conjunto da militância petista com seriedade, franqueza e serenidade. Como partido que não tem medo de errar nem de reconhecer publicamente os erros que comete, o PT deve extrair do acontecimento todas as lições possíveis, de modo a continuar contribuindo efetivamente para a libertação da classe trabalhadora.

A amplitude da greve

A CEN, através da Secretaria Sindical e dos Diretórios Regionais realizou um levantamento do esforço do PT para o êxito da greve e dos resultados obtidos. O Partido - seus dirigentes, suas instâncias, sua organização - são co-responsáveis pelo processo e pelos resultados alcançados.

Nesse sentido, o PT apoiou a greve geral e, em diversas ocasiões, reiterou esse apoio. Seguindo a orientação do Diretório Nacional do Partido, Diretórios e Núcleos deram o melhor de si para que a greve geral alcançasse os resultados almejados. Os militantes petistas que atuam no movimento sindical - nas fábricas, empresas, escolas, repartições, no meio rural, assim como nas entidades e na CUT - empenharam-se pela vitória da greve. E é preciso reconhecer que militantes de outros partidos, ligados tanto à CUT quanto à CGT, também se esforçaram para que o movimento tivesse a amplitude projetada. A CEN reconhece, entretanto, que o empenho para mobilizar sua militância na preparação e na organização da greve não foi suficiente, embora admita também que apenas essa mobilização não garantiria o êxito do movimento. Mesmo nos Estados em que a mobilização petista foi completa, a greve alcançou resultados somente parciais.

Na verdade, a greve do dia 20 foi um movimento de protesto que incluiu paralisações de categorias distintas nos diferentes Estados, mas não se caracterizando como greve geral na forma como foi projetada. E importantes categorias de trabalhadores não pararam nas Regiões Sudeste e Sul.

Essa é a primeira constatação sobre a greve, indispensável para uma avaliação correta. Mesmo reconhecendo que em algumas Regiões a greve teve uma certa dimensão, é fundamental admitir que essa amplitude, especialmente em nível nacional, esteve muito longe dos objetivos do movimento.

O empenho do PT para mobilizar sua militância na preparação da greve não foi suficiente

Nesse sentido, a greve geral foi derrotada, embora seja uma derrota momentânea.

O papel da conjuntura

A CEN considera que não é de mérito algum admitir publicamente a derrota da greve geral. Ao contrário, os partidos políticos, as centrais sindicais, e todos os que trabalharam pelo êxito do movimento só conseguirão credenciar-se efetivamente junto à classe trabalhadora se não escamotearem a verdade. Os trabalhadores são suficientemente inteligentes para distinguir a verdade da mentira, e não se deixarão

enganar por avaliações triunfalistas. Além disso, só confrontando os fatos reais com a avaliação de suas causas é que a classe trabalhadora poderá aprender com essa greve e preparar-se convenientemente para as lutas futuras.

Nesse sentido, a CEN considera fundamental examinar o papel que a mudança de conjuntura desempenhou no insucesso da greve. Há indícios de que, no momento de sua decretação, vale dizer, logo após a adoção do Plano Bresser, as condições conjunturais eram favoráveis a um movimento de tal porte. A indignação popular com a farsa "do congelamento" de preços, destinada a ocultar o brutal confisco de salários, teria sido poderosa motivação para garantir a eficácia da paralisação nacional, naquela ocasião. As medidas recessivas contidas no plano econômico governamental ainda não haviam produzido os seus piores efeitos desmobilizadores, em especial o desemprego massivo de finais de julho e início de agosto. Uma greve geral em plena escalada de desemprego - com tudo o que o desemprego acarreta, sobretudo a insegurança e a competição individual entre os próprios trabalhadores - embora não seja impossível, exigiria com certeza um grau de organização de base e

◇◇◇◇

Roberto Parizotti



◇◇◇◇

uma coesão política dos setores populares que, é preciso reconhecer, ainda não conseguimos alcançar.

Além disso, contribuíram para o fracasso da greve os sucessivos adiamentos de data, as falsas promessas patronais de antecipação de reposição salarial, o abono, e, é claro, a campanha do Governo e da burguesia nos meios de comunicação.

Ao mesmo tempo, grande parte de nossas lideranças, sindicais e partidárias, não percebeu que não basta um sentimento difuso de insatisfação em relação à situação vivida e de oposição ao governo para levá-la à greve.

Reconhecer a derrota da greve é indispensável para uma avaliação correta

Houve, portanto, uma confusão entre sentimento de insatisfação e consciência necessária para levar à luta política. Se ganhar pouco e ter péssimas condições de vida fossem suficientes para a oposição consciente e para a luta, não haveria problemas para a deflagração de uma greve geral, porque há muito tempo a classe trabalhadora brasileira vem sendo superexplorada.

O mesmo se pode dizer da confusão feita por algumas direções partidárias e sindicais entre o sentimento justo de revolta e indignação de militantes - que já ganharam consciência da situação de miséria, exploração e opressão a que é submetida a classe trabalhadora - e o sentimento de insatisfação da grande massa não militante. Enquanto a militância, por desinformação e falta de melhor formação ideológica e política, se deixa levar por discursos doutrinários de dirigentes sem representatividade real nas massas, a grande maioria dos trabalhadores simplesmente não compreende esses discursos, porque não dizem respeito a seus reais sentimentos e aspirações imediatas. Assim, enquanto a militância estava disposta a ir à greve, mesmo sacrificando-se, a maioria dos trabalhadores não se dispôs a participar de um movimento cujos objetivos e resultados não estavam claros para eles. Para a



Roberto Parizotti

grande massa, não foram oferecidas perspectivas nem de conquistas imediatas e nem de continuidade da luta.

Por tudo isso, a CEN considera um engano atribuir exclusivamente à imprensa burguesa a repressão policial e aos sindicalistas contrários à greve a responsabilidade pela sua desmobilização. Aos instrumentos da burguesia, em qualquer luta, cabe justamente esse papel e o erro, no caso, é dos que não os levaram na devida conta na avaliação das condições objetivas e subjetivas. Mesmo porque, quando os trabalhadores estão efetivamente motivados para uma greve, a imprensa, a repressão e os pelegos dificilmente levarão ao fracasso o movimento.

O importante a considerar é que grande parte da direção partidária e sindical não se deu conta das mudanças da conjuntura. Pior ainda, quando foi alertada para isso, resistiu a tomar medidas de recuo. Nesse sentido, a CEN considera haver cometido um sério erro de omissão. Embora tenha avaliado a tempo o risco dos maus resultados da greve e, através de dirigentes do Partido, realizado gestões junto à direção da CUT tentando demovê-la da idéia de que a greve era irreversível, a direção do PT não se empenhou como deveria nessa tarefa, nem teve a suficiente decisão política para tomar uma resolução mudando o caráter do movimento.

É importante que a militância petista tire disso as lições devidas. Uma decisão, adotada num determinado momento conjuntural,

deve ser mudada se a conjuntura muda, se as condições que levaram àquela decisão se modificaram e foram criadas condições diferentes. O papel da direção política consiste justamente nisso, não sendo demérito algum re-

Os trabalhadores não se deixarão enganar por avaliações triunfalistas

cuar quando a situação ou as condições exigem um recuo. Uma medida difícil como essa só pode consolidar a confiança dos trabalhadores, dando-lhes a certeza de que os dirigentes partidários e sindicais, embora devam ter audácia, não devem insistir em práticas erradas.

Melhorar os mecanismos de consulta e decisão

A CEN considera que o processo de decretação, organização e deflagração da greve colocou em evidência, além da debilidade de muitos dirigentes e militantes na avaliação da conjuntura, nossas dificuldades de relacionamento entre o PT e os militantes e dirigentes sindicais petistas, bem como entre o PT e a CUT, como instituições autônomas. Mais do que isso, mostrou que nem sempre há ligação orgânica adequada entre a militância petista e cutista e a massa de trabalhadores, e nem entre as direções e plenárias

da CUT e os sindicatos. Desse modo, os mecanismos de consulta muitas vezes são imperfeitos ou insuficientes, criando condições para erros graves de avaliação e para decisões incorretas.

Grande parte dos militantes e dirigentes sindicais petistas considera, erroneamente, que o movimento sindical é não só seu fórum de atuação, mas também seu único e principal fórum de decisão. Consideram a estrutura partidária como algo à parte dos sindicatos e da CUT e não se sentem comprometidos com as discussões e decisões do Partido. Levados por sua ansiedade em libertar a classe trabalhadora, muitos dirigentes e militantes acabam correndo fundo sua atuação no movimento sindical e no Partido. Levam para o sindicato e para a CUT discussões que estão distantes da grande massa dos trabalhadores e, mesmo contra a vontade, acabam contribuindo para a participação da CUT e dos sindicatos, e para considerar o PT como uma entidade sindical.

Por outro lado, o PT ainda não encontrou a forma de organização mais adequada para atuação partidária dos sindicalistas petistas. Não criou instâncias adequadas para que eles discutam, dentro do PT, os problemas políticos e ideológicos que enfrentam no movimento sindical, nem mecanismos internos que façam a discussão desses problemas fluir por toda a estrutura partidária. Nessas condições, nem o PT influi no movimento sindical como deveria, através de seus mili-

◇◇◇◇

◇◇◇◇

tantes sindicalistas, nem esses militantes influem sobre as principais decisões partidárias - o que acarreta prejuízos imensos para a construção do PT e da CUT e para o fortalecimento do movimento sindical.

O fato de que haja evidente predominância de petistas nos sindicatos filiados à CUT também tem levado alguns dirigentes a fazer confusão entre instâncias e entidades. Não só os sindicalis-

A direção partidária e sindical não se deu conta das mudanças da conjuntura

tas petistas não atuam na CUT - como petistas partidariamente organizados - como também o PT e a CUT não se relacionam entre si como entidades autônomas capazes de articularem-se mutuamente através de consultas políticas. Por outro lado, mais grave do que isso é a falta de ligação orgânica suficiente e adequada entre a CUT e os sindicatos. Isso ficou evidente na debilidade de um efetivo processo de consulta da direção da CUT às direções sindicais. Os próprios Congressos Estaduais da CUT, realizados às vésperas da data marcada para a greve - SP, RS e GO - não analisaram nem debateram adequadamente as condições para a realização do movimento.

A grande maioria da classe trabalhadora não estava disposta à greve, mas grande parte da militância e da direção quiseram impor-lhe o movimento. Nessas condições, era inevitável que nem sempre a vontade das categorias de trabalhadores tivesse espaço para expressar-se, e que a decisão da greve estivesse dissociada daquela vontade.

Esse distanciamento das bases, de seus sentimentos e reivindicações reais, e a falta de uma adequada articulação entre a luta em torno das questões econômicas e imediatas dos trabalhadores e a luta política, abriram espaço para o surgimento e desenvolvimento do chamado "sindicalismo de resultados ou de negócios". Embora esse tipo de sindicalismo tenha demonstrado historicamente não trazer resultados reais para a clas-



se trabalhadora, a fragilidade atual do movimento sindical brasileiro e seu atrelamento ao Estado, e a relativamente pequena experiência de luta dos modernos trabalhadores assalariados brasileiros aliados aos erros vanguardistas existentes no movimento sindical combativo, criam condições para que o discurso desse sindicalismo enganoso penetre nas bases e atraia setores importantes da classe trabalhadora.

A CEN considera um engano combater esse sindicalismo "de resultados e negócios" com o velho discurso anti-pelego ou com o discurso, também historicamente fracassado, do sindicalismo vanguardista. Ao contrário, esses tipos de discursos, praticados por vários companheiros que atuam no movimento sindical, só fazem isolar o PT e a CUT de suas bases. Para reforçar as teses do PT e da CUT, e obter efetivos resultados para a classe trabalhadora, é indispensável intensificar e aperfeiçoar a consulta aos trabalhadores, levantando suas reivindicações mais sentidas e imediatas e, através da luta em torno delas, elevar sua consciência e organização política. Para isso, sem dúvida, é fundamental dar solução adequada aos problemas existentes nos mecanismos de consulta e decisão do PT e da CUT.

Esclarecer divergências

Além dos problemas apontados acima, aflorados no processo de preparação e organização da

greve, a CEN considera importante que todo o PT, especialmente seus militantes que atuam no movimento sindical, debatam e esclareçam suas opiniões e divergências sobre a política sindical do Partido.

É preciso solucionar os problemas de consulta e de decisão do PT e da CUT

Isso inclui, por exemplo, debater a concepção, o significado e o papel de uma greve geral. Alguns confundem os fins com os meios. A greve geral é uma forma de luta e não uma proposta política em si mesma. Mas alguns consideram a greve geral como princípio, meio e fim de toda atuação da classe trabalhadora. Não percebem que a greve - geral ou não - é mais um instrumento de luta dos trabalhadores, e que não deve esgotar-se em si mesma.

É um equívoco tentar basear o êxito de uma greve geral apenas na paralização dos transportes coletivos das grandes cidades.

Além disso, dependendo da concepção, do significado e do papel de uma greve geral, ela deve ser decidida, organizada e deflagrada por um conjunto mais amplo do que sindicatos e cen-

trais sindicais, e deve incluir partidos políticos e outras organizações da sociedade.

A CEN conclama todo o Partido para debater essas concepções e acabar com as ambigüidades e confusões existentes.

Mas esse processo de esclarecimento inclui, fundamentalmente, a discussão sobre o papel do PT (portanto, de seus militantes), papel dos sindicatos (principalmente de seus filiados) e o papel da CUT (basicamente de sua relação com os sindicatos filiados), e sobre a relação entre essas diferentes organizações nas condições concretas e atuais do Brasil. Seu papel e suas relações precisam ser vistas não só à luz da experiência histórica e internacional, mas à luz do grau de mobilização, consciência e organização dos trabalhadores brasileiros.

A CEN acredita que através de processo de debate, fraternal e positivo, o PT estará contribuindo para que a classe trabalhadora extraia da greve do dia 20 as lições necessárias para reforçar seu movimento, seus sindicatos, a CUT e o próprio Partido. Errar faz parte da luta. Mas só conseguem avançar os que reconhecem os próprios erros e se esforçam para superá-los.

Comissão Executiva Nacional do PT

Argentina: o ovo da serpente

"A impunidade é uma das necessidades políticas de um projeto de país dependente que 'moderniza' suas formas institucionais, planejando-se a doutrina de Segurança Nacional com eleições e deputados, isto é incorporar a concepção imperialista da doutrina de Segurança Nacional às formas parlamentares tradicionais de governo." (...)
 "... consciente do caráter antipopular desta política (planos de austeridade), o governo prevê a necessidade de recorrer à repressão como meio de contenção das reivindicações populares. Isso implica a implementação não só do aparato de segurança legal ou de 'superfície', como do ilegal ou 'clandestino', destinatários diretos da política de impunidade."

Declaração dos presos políticos de Villa Devoto, celular 1.º, Buenos Aires

No Boletim Nacional de maio passado, o companheiro Luis Eduardo publicou uma matéria que se referia à rebelião militar na Argentina durante a Semana Santa. Nela mostrava que os "amotinados" exigiam a impunidade para os militares genocidas, a reação do povo mobilizado e as concessões do governo aos golpistas como resultado de uma estratégia permanente de capitulação.

Hoje já foi aprovada a "Lei de Obediência Devida" e a anistia está se aplicando na prática, e dia após dia os assassinos são "desprocessados" e recuperam sua liberdade com a tranquilidade de saber que "nunca mais" serão julgados.

A Corte Suprema de Justiça já declarou a constitucionalidade da lei, o próprio presidente desta instituição admite que esse organismo deve "ser fiel às exigências dos tempos". O presidente Raúl Alfonsín, em sua mensagem de 8 de junho, justificando a virtual impunidade, dizia que: "A lei antecipa o que deveria ter sido um tratamento mais ou menos similar ao da Justiça."

Hoje o governo e os setores tradicionais do poder falam de "reinsersão" as Forças Armadas na democracia.

Essa "reinsersão" seria fundamental para a "reconciliação nacional" e para a "modernização da Nação".

Não podemos nos enganar, não se trata só do perigo de um golpe militar para um futuro mais ou menos próximo, nem de algumas concessões do governo a militares "não democráticos". Trata-se de uma estratégia global, de um caminho sem retorno em direção à legalização e reintegração dos genocidas nas instituições do poder. Porque é preciso a preservação das Forças Armadas, pilar fundamental do Estado. Mas não de um Estado atemporal e "clássico", mas do atual, o de hoje na América Latina, o das "democracias controla-

das" que respondem às necessidades do imperialismo, que combinam os planos de recessão e miséria com a repressão sistemática. A doutrina de Segurança Nacional continua vigente, ainda que ela assumira outras formas, ainda que as antigas leis de segurança nacional passem a chamar-se "Lei de Defesa da Democracia".

Assim o demonstra a prisão (e condenação por 6 anos) de três militantes da Juventude Peronista durante a greve geral convocada pela CGT um ano atrás. A preservação das Forças Armadas é uma necessidade do Estado e, para que isso seja possível, é imprescindível a impunidade.

A luta pelos direitos humanos não é meramente moral ou humanitária, é também um combate contra a estratégia de reintegração dos genocidas nas instituições do Estado.

Mas os processos têm vida própria: garantir a impunidade dos assassinos não sai de graça para ninguém. A "Lei de Obediência Devida" foi "festejada" com quinze bombas, ameaças a militares, incêndios de organismos de direitos humanos, seqüestros de testemunhas dos massacres perpetrados pela polícia, intimidação a juizes. Hoje, a escalada continua: uma militante do partido comunista é seqüestrada na rua, torturada durante duas horas num automóvel e depois liberada sob ameaças. A polícia reprime "as mãres de Plaza de Mayo". Hebe de Bonafini, presidenta da instituição, é golpeada e outra "madre" detida, as manifestações são filmadas e fotografadas por organismos da inteligência. A própria cúpula militar "oficialista" não só reivindica a "Guerra Santa" desatada contra a "subversão apátrida" no passado, mas também começa a erigir a li-

berdade pura e simples dos poucos chefes militares ainda na cadeia (em "cárceres" de luxo). O Chefe de Estado Maior do Exército, General Caridi, é claro a respeito: "Até as eleições de 7 de setembro vamos durar, mas aí deveremos discutir a anistia e, se quisermos uma verdadeira integração com o resto da sociedade, é imprescindível que se reconheça como justa a guerra anti-subversiva, que não foi só nossa."

O ex-tendente-coronel Aldo Rico, chefe da sublevação em Campo de Maio, raciocina em termos semelhantes: "A Lei de Obediência Devida é um mal menor, porque, se do ponto de vista prático, estamos conformes com que se condene aos que 'impertiram' as ordens, do ponto de vista conceitual isso não é assim, pois agimos por convicção, porque a luta contra a subversão foi justa e a fizemos não só para obedecer ordens."

Um dos chefes da AAA (Aliança Anti-Comunista Argentina), verdadeiro esquadrao da morte, dá aulas de "inteligência" para o pessoal penitenciário no cárcere de Villa Devoto, onde teoricamente está preso. Trata-se de Anibal Gordon, fundador do esquadrao. A polícia assassina jovens indefe-

guém sabe exatamente se está incluído nela, com exceção de uma dúzia de nomes, entre eles o poeta Juan Gelman e o escritor e jornalista Miguel Bonasso; no entanto eles colaboram com importantes jornais e revistas argentinas). Segundo Alfonsín, no domingo de Páscoa a "casa estava em ordem" e a democracia fortalecida. Mas a democracia está enferma, gravemente.

Os trabalhadores e o povo argentino procuram novos caminhos e formas de organização. O vazio deixado pelos 30 mil desaparecidos, os presos, os exilados, toda uma geração de militantes populares que foi massacrada, é hoje preenchido com novos ativistas, com novos companheiros que enfrentam o futuro a partir da memória, constroem novas ferramentas e avançam...

A questão dos Direitos Humanos não é para eles meramente "humanitária", é um combate político que aponta em direção ao desmantelamento do aparato repressivo, da legislação baseada na "Segurança Nacional" e da construção da verdadeira democracia. Contra um Estado explorador e injusto, repressivo e dependente.

É verdade que "o povo é o único setor social intransigentemente democrático". A solidariedade não é uma tarefa de pequenos grupos marginais, diz respeito a uma luta que deve ser abraçada pelos povos, suas organizações e partidos. Como dizem as "mães de Plaza de Mayo": "...A casta militar que usurpou muitas vezes o governo não se torna democrática noite para o dia porque o presidente assim o decida; não se transforma de um dia para o outro de assassina em custódia da liberdade e da democracia. Os donos do poder, seus cúmplices, também não abandonam sem mais seus privilégios. Eles são responsáveis por ter violado a vida, ter submetido a Pátria, ter matado, seqüestrado e roubado. É indispensável que sejam julgados e punidos (...)

"Depois de anos da ditadura, continuaremos a exigir a aparição com vida dos detidos/desaparecidos e julgamento e punição aos culpados, continuaremos nas ruas e nas praças, cumprindo com um destino que não escolhemos porque estamos loucas, mas pela obrigação ética que nos deixaram nossos filhos, de sucedê-los na sua luta e de gerar novos filhos que levavam nossa bandeira quando nós já não possamos sustentá-la."

Hugo Scotté
 pela Secretaria de Relações Internacionais

Existem ainda 8 presos políticos da época da ditadura, processados por Tribunais Militares e com confissões arrancadas sob tortura, reféns em mãos do governo, verdadeiros "moeda de troca" de uma eventual anistia. A eles se somam os dirigentes peronistas Mario Eduardo Firmenich e Ricardo Obregon Cano (ex-governador de Córdoba) e os chamados "presos do Plano Austral": Carlos Gonzales, Marcelo Langieri e Luis Ortíz.

Existem uma lista de exilados que não podem voltar ao país (nin-

NICARÁGUA



Lisy Leuba Salum

Sara, Sérgio, Eliezer, Julio e Diva, dois médicos e três enfermeiros que integram a brigada petista

A brigada de saúde do PT conta a sua experiência

“Servindo ao povo nicaraguense, servimos também ao povo brasileiro.” Assim está resumida a convicção dos cinco membros da brigada de saúde do PT que durante quase três anos trabalhou na Nicarágua. A brigada retornou ao Brasil no dia 10 de agosto disposta a transmitir ao PT e ao movimento popular toda a experiência adquirida nesses anos de trabalho intenso e enriquecedor.

Os brigadistas do PT estão em São Paulo para participar da próxima reunião do Diretório Nacional. Só então, em conjunto com a Secretaria de Relações Internacionais, eles definirão as áreas onde atuarão daqui para frente. Antes de regressarem aos seus estados de origem para “matar uma grande saudade da família”, o médico Julio Cesar Marchi, de Santa Catarina, e a enfermeira Sara Coelho, de Minas Gerais, relataram ao Boletim Nacional um pouco de sua experiência na Nicarágua.

BN - O que significa trabalhar num país que fez uma revolução, mas passa por enormes dificuldades?

Julio Cesar - Aqui no Brasil temos um campo limitado de trabalho porque somos levados a atuar por “especialidades” e geralmente dentro de uma visão assistencialista. Na Nicarágua somos estimulados para atuar em todas as áreas de saúde, desde o planejamento até a administração. Lá, dá-se uma

grande importância ao atendimento primário através do treinamento da própria população que participa, assim, do processo de saúde. Esse contato direto com a comunidade e a equipe multidisciplinar que participa do processo permite a realização de programas de saúde adequados às necessidades e às condições do país.

“Logo que cheguei fui nomeado diretor do hospital de Siuna, uma cidade com mais de 30 mil pessoas”

Sara - As condições difíceis levam também ao espírito de criatividade, que permite maior desenvolvimento da capacidade profissional. A exigência da situação, de um lado, e o espaço oferecido pela instituição, por outro, proporcionaram um trabalho dinâmico e democrático.

Julio Cesar - Só para complementar, acho que a questão do estímulo/reação tem muito a ver, porque fica aquele negócio de que “se você não fizer ninguém vai ter condições de fazer”. E aí você acaba fazendo. Eu, por exemplo, logo que cheguei a Siuna, na região atlântica nicaraguense, fui nomeado diretor do hospital local. Imagine eu dirigindo o hospital de uma cidade com mais de 30 mil pessoas! Mas com o tempo a gente foi aprendendo e

sendo estimulado pela comunidade. Alguns camponeses caminhavam até 10 horas para participar de um treinamento de saúde. Era muito bonito.

BN - Como foi o processo de adaptação?

Sara - Eu fui trabalhar em Esteli, uma região mais desenvolvida. Logo no primeiro final de semana participei de uma jornada de trabalho voluntário, mostrando que eu não estava ali apenas como uma técnica a mais. Isso abriu as portas para uma série de coisas, começando pelo convite de uma família para que morasse com ela, numa casa bastante humilde. Depois fui me sentindo cada vez melhor. Muitas amizades, muitas festas e sempre participando das atividades da revolução.

“A brigada representou um ato de consequência do PT”

Julio Cesar - No início foi difícil. A gente vivia o hospital 24 horas por dia. Os médicos moravam numa casa próxima ao hospital e aí qualquer problema eram solicitados. Com o tempo fomos organizando a vida, com o apoio da comunidade. Fizemos amizades no campo, nos convidavam para comer e até formamos um time de futebol de “internacionalistas” (denominação dada aos colaboradores estrangeiros), que jogava sempre contra

o mesmo adversário, que era o time de comerciantes da cidade. E geralmente ganhávamos.

BN - Morar longe da família, dos amigos e do país de origem não deve ser fácil. Como vocês encaravam essa questão?

Sara - No início foi difícil. Chegavam poucas cartas, embora em Esteli não dava para ficar muito isolado. Mas depois as cartas foram adquirindo uma regularidade e o contato entre os membros da própria brigada também foi muito importante. Havia uma partilha de notícias e materiais que nos colocava um pouco mais próximos da realidade brasileira, apesar da distância. O contato com outros internacionalistas também foi ótimo, porque aí você passa a ter uma visão muito mais ampla do mundo.

Julio Cesar - Cada carta que chegava era uma festa. Era motivo para manter a identidade. Particularmente, mantinha meu equilíbrio escrevendo para o Brasil, sempre pensando na multiplicação das informações. E isso deu resultado porque muita gente respondia. Cada carta que chegava dava a sensação de receber um parente ou um amigo. Era o Brasil chegando a Siuna num pedacinho de papel.

“Alguns camponeses caminhavam até 10 horas para participar de um treinamento de saúde”

BN - O que significou para o PT a experiência desta primeira brigada internacionalista?

Julio Cesar - É uma grande evolução. O PT representa a materialização de um partido de massas e revolucionário, de classe e combativo. Por isso, o Partido traz a condição básica do internacionalismo proletário. Mas isso ainda é o mínimo diante daquilo que podemos fazer. O PT precisa manter a solidariedade internacional. Defender hoje a Nicarágua é apoiar também a luta do povo brasileiro por sua libertação.

Sara - A brigada médica representou um ato de consequência do PT. Além da brigada brasileira na guerra civil espanhola, integrada entre outros pelo nosso querido companheiro Apolônio de Carvalho, não conheço outra experiência semelhante. Como brasileiros, sabemos que nossa luta principal é aqui, mas não nos podemos limitar. Temos que abrir a cabeça para não absolutizar o espaço e o tempo específicos. O PT precisa crescer recolhendo experiências desse tipo. Na Nicarágua há um grande interesse pelo PT. E felizmente pudemos mostrar, na prática, nossa seriedade e disposição de luta.

(*) Participaram ainda da brigada de saúde do PT: Sérgio Carvalho Resende (MG), Eliezer Rabelo (ES) e Maria Diva de Faria (SP).

entrevista feita por Marco Piva



LULA PARA PRESIDENTE

Sessenta mil pessoas foram ao comício promovido pelo PT na praça da Sé, no dia 12/07/87. Foi um episódio da campanha que tem como eixos: Diretas já, pressão popular sobre a Constituinte e luta contra o plano econômico da Nova República.

Nesse dia, militantes do PT do Grupo Poder Popular e Socialismo levaram para a praça uma gigantesca faixa: "Lula Presidente - PT - A opção dos trabalhadores".

Esta ação causou insatisfações e críticas de setores do Partido. Porém, o Diretório Regional acertadamente, já na sua reunião seguinte ao comício, recomendou que a questão da candidatura a presidente fosse discutida pelos militantes, e o Diretório Nacional, em 1/8/87, viria a aprovar, embora de uma forma tímida, o reconhecimento de que o PT tem em Lula o seu candidato a presidente.

Achamos importante conversar com os companheiros sobre os argumentos que, embora dispersamente, ao que eu saiba, têm oferecido algum tipo de resistência a esse posicionamento.

A nosso ver, este é um ponto fundamental. Não lançar agora essa candidatura é repetir erros relativos à questão da independência política, que cometemos na Campanha das Diretas em 1984, quando não conseguimos dar consequência política às ações de rua e tampouco traduzimos em organização do nosso Partido a enorme simpatia conquistada nas praças públicas.

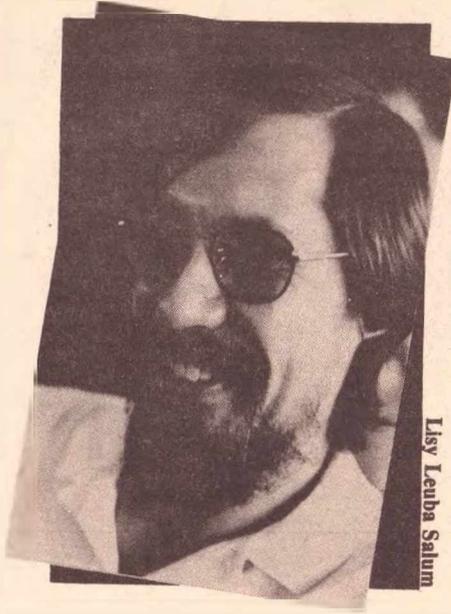
Equívoco semelhante seria continuar a hibernação a que foi submetida em 1986 e início de 87 a luta por Diretas Já. Equívoco que seria ainda mais grave, na atual conjuntura, ao retardar a campanha por Diretas Já com receio de prejudicar os trabalhos constituintes ou à espera dos setores vacilantes. Ao contrário, os comícios realizados deram novo fôlego aos progressistas no Congresso Nacional Constituinte e forçaram definições no quadro político institucional.

Vejamos o que se fala:

1. "Não devemos ter candidato próprio. Há grave risco de retrocesso. Precisamos nos unificar numa candidatura democrática". Ora, a opção do QG da burguesia no país é pela transição conservadora que desemboca num regime civil sob a égide de uma Constituição, que lhes garante o controle social sobre os trabalhadores e, acima de tudo, que institucionalize os mecanismos de tutela militar sobre o País. É para isso que a Constituinte caminha. Um retrocesso só se justificaria, para esses setores, caso houvesse iminente risco de ruptura político-social, com a possibilidade de forças populares alcançarem o poder. Apesar do grau de revolta popular, não vemos força social organizada capaz de efetivar tal empreendimento agora.

É claro que, no Brasil, uma conjuntura desse tipo pode aparecer com celeridade devido às nossas condições objetivas. Porém, isso seria outra

Eduardo Jorge:
"Não lançar agora a candidatura de Lula é repetir os erros da campanha das diretas de 84."



Lisy Leuba Salum

história, outra conjuntura e outras seriam nossas táticas.

Alias, a candidatura de Lula vai na direção de dar aos trabalhadores maior consciência e organicidade política, justamente para enfrentar tarefas mais elevadas.

"O lançamento, já, é antidemocrático, inibe outras candidaturas do PT." Esta é uma colocação que, se pode ter alguma justificativa formal ou regimental, por outro lado ignora a realidade social. Lula é a liderança partidária que significa o maior potencial de apoio popular, ao mesmo tempo que encarna a posição de independência de classe do Partido. Lançar qualquer outro nome é dizer: "Estamos participando só para marcar posição, vocês estão liberados para votar em fulano e tal partido."

"O lançamento já dificulta a frente por Diretas Já".

Caso isso fosse verdadeiro, essa frente seria impossível, pois Brizola, Covas e outros menos cotados já são candidatos na prática. Brizola esteve na TV já há muitos meses expondo, inclusive, o seu programa de candidato. Covas faz sua campanha ao modo dos partidos burgueses, costurando apoios e misturando declarações dúbias com a presença em atos e manifestações populares onde, levemente constrangido, recebe adesões e apoios.

O fato é que nossa campanha, por ser de mobilização e consciência, precisa de mecanismos diferentes, claros e diretos, que não permitem adiar sua ida às ruas.

Isso não quer dizer que não vamos estimular e participar de atos conjuntos como estamos fazendo.

4. "O lançamento já dificulta a frente nos Comitês de Defesa do Povo".

Esta posição reflete uma esperança desproporcional nesses Comitês na

atual conjuntura, ignorando o impacto de uma eleição para presidente como polarizador e definidor de alianças. É claro que a convivência com essas outras forças políticas é importante do ponto de vista da frente única estratégica. Os CDPs não correspondem à possibilidade de serem a base e montar para impulsionar uma hipotética Assembléia Popular paralela à Constituinte, que, no fundo, desejam os que fazem esse tipo de reservas ao lançamento já do Lula.

5. "O lançamento já desvia todas as lutas para o institucional de uma eleição".

Já vimos reserva semelhante ao meio sindical ao resistir à bandeira das diretas já nas lutas de 1987. Isso reflete a incompreensão do que significa uma campanha para presidente da República, num país com as características do Brasil. Após quase 30 anos, teríamos uma eleição relativamente livre, em que o voto é praticamente universal. Nessas eleições, ao contrário de outras eleições como as parlamentares, a polarização se dará em termos políticos e ideológicos. Opção de programas para o País concorrerão com a influência das máquinas partidárias corruptas e clientelistas e com o peso do poder econômico. É uma oportunidade ímpar de debate político dentro do regime burguês. Um governo centralizador e poderoso estará em jogo.

De certa forma, já atendendo isso, setores burgueses manobram ansiosamente para implantar, através da Constituinte, o voto distrital e o regime parlamentarista.

Assim, uma disputa desse tipo não restringirá sua influência meramente ao espaço institucional de uma campanha eleitoral comum. Ela marcará com sua presença todas as lutas sindicais e populares nesse período.

"O lançamento já dificulta ou impede alianças nas eleições". Achamos que as alianças são necessárias, mas subordinadas a princípios. As outras candidaturas que vão ocupar o cenário, todas elas se situam, no que toca à democracia, aceitando total ou parcialmente os limites impostos pela burguesia à democratização do País e, em hipótese alguma, contestando a tutela militar. No campo econômico, aceitando o caminho da tutela do capital internacional sobre o País discordando, no máximo, no grau de maior ou menor subordinação, ou maior ou menor integração do sistema capitalista internacional.

Desta forma, não há condições de com eles nos compormos. O PT será o núcleo de alianças que apoiará a nossa candidatura e participará da construção do programa, como já vem acontecendo com o PV no Rio.

Isto é o 1.º turno. Temos o nosso próprio programa e candidato. E no 2.º turno? Esta é uma boa questão!

Antes, precisamos entrar no jogo com a disposição de estarmos entre os dois primeiros.

Caso isso não aconteça, deveríamos adiar esta decisão para as vésperas do 2.º turno?

Acho que sim. Pois, na ocasião, fariamos uma avaliação mais precisa da conjuntura, porém teríamos que ter aprovado, desde nossa convenção este ano, um método de como encaminhar o problema.

Ao meu ver, não temos condições de apoiar integralmente nenhum dos candidatos dos outros partidos que reste no 2.º turno. Isto está ligado a nossa incompatibilidade com os seus possíveis programas a longo prazo, tanto nas questões de democracia, quanto nas questões econômicas.

Assim, devíamos deixar claro para o povo esta divergência. Não nos vincularíamos a qualquer tipo de apoio ao futuro governo, nem negociariamos qualquer tipo de participação. Porém, poderíamos preparar um memorial com reivindicações populares imediatas que submeteríamos ao candidato mais progressista. Caso aceitasse, indicariamos seu nome aos nossos companheiros. Caso não, indicariamos o voto nulo ou a abstenção.

Bem companheiros, evidentemente o lançamento da candidatura só tem sentido com o lançamento simultâneo de um programa do Partido e com um método visando nortear como o Partido deve sustentar e capitalizar, organicamente, um empreendimento deste vulto.

Queremos dar continuidade à construção do PT marcando nossa independência política, queremos fazer a luta política com os projetos da burguesia disputando com eles a influência sobre o conjunto da sociedade. Queremos apresentar um programa democrático e popular, que seja de transição para o socialismo contribuindo, junto com outras forças, para construir uma ampla rede de organizações populares e operárias.

Eduardo Jorge
Deputado Federal - PT/SP

Vamos nos preparar para o poder municipal

A postura coerente do PT já causa reflexos positivos na preferência do eleitorado.

Aumenta, dentro do PT, a preocupação com a participação do Partido nas eleições municipais de 1988 e com a participação popular na gestão local.

Não é para menos. Sem contar a possibilidade do povo brasileiro conquistar as eleições presidenciais diretas, no próximo ano serão realizadas eleições locais, para prefeito e vereador, em todos os municípios do país. Nesse pleito o PT deverá concorrer com candidatos próprios em mais de 800 Municípios.

Atualmente contamos com 172 vereadores e 2 prefeitos petistas, mas há crescentes indicadores de que a postura coerente do PT contra os desmandos da Nova República e a elaboração de propostas concretas para resolver os problemas da população e do país começam a ter reflexos positivos na preferência do eleitorado. Nessas condições, empilham-se as possibilidades para acentuar essa tendência e conduzir o PT a elevar consideravelmente o número dos vereadores petistas e conquistar a chefia do Executivo em alguns Municípios de peso.

Em 1982, ao elegermos aquele pequeno contingente de vereadores e um prefeito, vimos-nos frente a uma situação completamente nova, a respeito da qual o PT não possuía praticamente experiência anterior. Isso nos custou muitos erros e desgastes, embora também tenha havido acertos e avanços. Apesar dos preconceitos anti-parlamentares existentes em diversos setores do Partido e do medo de que transformássemos numa agremiação eleitoralista, como a maioria dos partidos existentes no Brasil, o PT soube manter-se dentro de seus objetivos programáticos, aproveitar a frente parlamentar como uma importante frente de luta e acumular experiências. Com isso, criaram-se condições para que o conjunto da militância partidária debata a orientação sobre a atividade parlamentar do Partido e permita à Convenção Nacional adotar uma política mais consistente a respeito. Por outro lado, ainda temos dificuldades para tratar os problemas relacionados com a conquista ou participa-

ção nas Executivas Municipais. Além de pequena, nossa experiência relativa à administração municipal, incluindo aí planos de governo, objetivos, prioridades, critérios de escolha de candidatos e relação com o movimento popular e sindical (participação popular), ainda não foi devidamente sistematizada. Há um entendimento difuso de que a conquista de gestões do poder local e a articulação dessas gestões com a participação popular é de importância fundamental para manter o PT no rumo de sua luta pelo socialismo.

Entretanto, numa questão como essa não é possível contentar-se com um entendimento difuso. É de suma importância avaliar criticamente as experiências vividas e avançar na discussão, inclusive através do confronto com experiências de outros países, para melhor preparar o Partido para o

seu crescimento eleitoral. Com esse objetivo, a CEN, através na SGN e das SORC e SNFP, está iniciando uma série de procedimentos que incluem a elaboração de cadernos sobre política municipal para subsidiar as discussões no interior do Partido, a realização de cursos para membros dos Grupos de Política Municipal dos DR's para multiplicar os cursos e seminários sobre o assunto a nível Regional e Municipal, a realização de debates amplos através da Fundação Wilson Pinheiro e a sistematização das propostas relacionadas com objetivos da campanha eleitoral de 1988 e critérios para a indicação dos candidatos do PT.

Evidentemente tais medidas só terão efeito real se contarem com o respaldo e participação efetiva dos militantes e filiados dos diretórios municipais e dos diretórios regionais. Nesse sentido, o Grupo

de Trabalho de Política Municipal, formado a nível nacional, precisa receber o máximo de informações e materiais sobre o assunto, de modo a socializá-los para todo o Partido e consolidar essa atividade.

De qualquer modo, foi iniciado um processo que pode unificar a política parlamentar petista e dar uma base mais segura para a disputa e gestão do poder local, tendo por suporte uma ampla participação popular. O PT precisa credenciar-se como alternativa concreta de poder não só para um futuro indefinido. Os trabalhadores e o povo brasileiro precisam sentir que nosso partido está disposto a enfrentar este desafio desde agora.

Wladimir Pomar,
membro da CEN e
Secretário de Formação Política

Um programa alternativo de governo e Lula para presidente!

A Comissão Executiva Nacional e o Diretório Nacional do PT, reunidos nos dias 31 de julho e 1 e 2 de agosto respectivamente, deliberaram sobre algumas questões importantes para o conjunto do Partido. Veja o resumo das principais resoluções:

PROGRAMA ALTERNATIVO DE GOVERNO

Foi criada uma Comissão encarregada de reunir, avaliar e sistematizar as diversas propostas, planos e projetos já existentes no Partido a fim de elaborar um Programa Alternativo de Governo, de caráter democrático, popular e de perspectivas socialistas, que deverá ser divulgado e amplamente debatido no interior do Partido e submetido à aprovação final do V Encontro Nacional, em dezembro. Fazem parte da Comissão: Antonio José (PI), José Alvaro Moi-

sés (SP), José Dirceu (SP), Klaus Gerner (PR), Maurício Faria Pinto (SP) e Tomás Mata Machado (MG).

OS CASOS DO PT/CE E PT/RJ

Após ouvir o parecer da Comissão de Ética, o DN decidiu, através de votação, rejeitar a decisão do DR/CE de expulsar Gilvan Rocha, Francisco Montenegro e Manuel da Fonseca. Considerou ainda que dos cinco membros envolvidos no chamado "caso dos coronéis", os três já citados receberão suspensão de um ano e Maria Luiza Fontenelle e Jorge Paiva receberão advertência interna.

Examinando a questão da participação dos companheiros Sergio Andreas e Cesar Benjamin em Secretarias do Governo Municipal do Rio de Janeiro e a consequente decisão do DR/RJ em expulsar Sergio e suspender Cesar, o Diretório Nacional re-

solveu anular a decisão do DR/RJ. Porém, assinala que houve rompimento da disciplina partidária e recomenda aos companheiros o acatamento das decisões políticas das instâncias do PT/RJ, desligando-se da Secretaria Municipal. Enquanto não o fizerem prevalecerá a suspensão de suas atividades no Partido.

CANDIDATURA PRESIDENCIAL

O DN entende que o PT deve ter candidatura própria quando conquistadas as eleições diretas e reafirma que seu candidato natural é o companheiro Lula, mas compreende que é preciso uma discussão ampla nas bases do partido sobre a questão, onde poderão se apresentar outros nomes, sendo o Encontro Nacional o local apropriado para o lançamento e a aprovação de uma candidatura a presidente da República.

Se essa onda pega...

(...) É claro para nós que as questões em pauta no Rio de Janeiro, de uma forma ou de outra, dizem respeito a todos nós, petistas de todos os Estados do Brasil. É tanto verdade que os adesistas, durante todo o processo de discussão, cobriram-se com um fictício apoio do Diretório Nacional às suas posições.

Vamos aos fatos. Dois militantes do Partido aceitaram os cargos de secretário e sub-secretário de uma secretaria da Prefeitura do Rio, a quem o PT faz oposição. O adesismo é mais grave por duas coisas: em primeiro lugar, fizemos convenção em maio deste ano, quando recusamos uma secretaria oferecida a nosso Partido e reafirmamos nossa posição ao prefeito; em segundo lugar, sabendo que os dois companheiros inclinavam-se a aceitar cargos, a Executiva do Diretório Regional desautorizou-os. Os dois adesistas se lixaram; conversaram com pessoas da própria corrente ou próximos a ela e entraram na marra.

Em todo o processo de discussão, embora reconhecendo que cometiam uma indisciplina, os dois companheiros levantaram a bandeira de uma política de ampliação do PT ou argumentaram da necessidade da redefinição de nossa política de alianças. Seu argumento principal para apoiar Saturnino é que a conjuntura teria mudado; na época da convenção, Saturnino ainda estava no PDT; em julho, já estava fora e seria nova a articulação de forças que tentava promover.

As coisas não são da forma como dizem. É bem verdade que Saturnino em maio estava no PDT. É bem verdade que saiu em julho. Mas isto não traduz uma evolução política em nossa direção. A decisão da convenção de maio não se baseou somente no fato de sermos oposição ao populismo do PDT. Baseou-se no fato de que Saturnino, na luta interna naquele partido, representava a direita. O prefeito enviou mensagem à Câmara dos Vereadores retirando o gatilho do funcionalismo. O prefeito desativou a fábrica de escolas e despediu os trabalhadores. O prefeito sempre tratou os movimentos dos trabalhadores de forma administrativa. Suas críticas à Nova República eram (e são) extremamente discretas. Começava um certo namoro com Moreira Franco.

Quanto à evolução de forças para compor seu governo, não houve. Suas propostas eram as mesmas de janeiro.

Não há nenhuma mudança de conjuntura que justifique o adesismo. Muito pelo contrário, Saturnino deu declarações simpáticas ao plano econômico do governo, não contesta a Nova República com vigor, não ingressou de fato na luta pelas diretas e tratou a greve dos professores das escolas municipais com a mesma vocação burocrática com que sempre encarou os movimentos reivindicatórios da classe trabalhadora.

Trata-se na verdade de uma operação para que o PT dê um prestígio de

esquerda a Saturnino à medida que ele avança para a direita. Os adesistas são os ornamentos de esquerda que enfeitam a longa avenida para a direita traçada pelo prefeito.

Os companheiros que defendem o adesismo pertencem a uma corrente que, no Rio, sempre quis que o PT fosse mais amplo e se aliasse com outras forças. Ora, não somos contra a ampliação do trabalho partidário nem contra uma política de alianças (estivemos entre os que defenderam firmemente a aliança com o PV e a candidatura de Gabeira). Mas é necessário saber o conteúdo desta ampliação e dessa aliança. Um episódio traduz a carência de conteúdo da política dos adesistas. Indisciplinaram-se alguns deles em 1985 e apoiaram a candidatura de Saturnino à prefeitura, contra a candidatura partidária de nosso companheiro Wilson Farias. No entanto, no processo de apoio, chegaram a se reunir com a esquerda do PMDB, visceralmente antibrizolista, para discutir a candidatura de Arthur da Távola, candidato a candidato do PMDB. A política dos adesistas não é, portanto ampliar em uma direção política determinada. É ampliar em abstrato. Trata-se de uma caso de política existencial. Não suportam solidão. O que, por vezes, os leva a andar em suspeita campanha.

A questão das alianças não é uma questão meramente regional. No momento em que nosso partido convoca tanta gente para a luta pelas diretas, contra a dívida e contra o arrocho, no momento em que a situação do país se agrava, é preciso que o PT pense a questão das alianças sem ser abstrato. E defina seu alcance e o seu âmbito.

Na luta contra a Nova República, por diretas já e contra o arrocho, o PDT e o PCdoB têm sido nossos aliados mais chegados. O último afastando-se mais recentemente do governo. O primeiro, apesar de ter ido ao colégio eleitoral, é oposição há

muito tempo. O PDT tem travado conosco a luta por diretas e defende o presidencialismo. Em matéria sindical, o PDT tem apoiado a CUT, enquanto o PCdoB se aproxima dela.

A esquerda do PMDB não é uma coisa só. Mário Covas declarou-se um liberal e nem no MUP se integrou. Os governadores, nem falar. Há deputados do PMDB que só agora começam a definir-se. Estes grupos não têm grandes ligações sindicais...

O PV, que considero nosso aliado prioritário no Rio, não tem grande expressão nacional. Certamente está bem próximo de nós.

Neste conjunto, não é de jeito nenhum a esquerda do PMDB quem de nós mais se aproxima. E é dela, em particular dos governadores, que se aproxima o prefeito Saturnino Braga. Estreitar os laços com o prefeito, neste momento onde inclusive se aguçava sua disputa com o PDT, não parece ser uma política consequente.

De outro lado, uma aliança de massas não se traduz necessariamente em coligação eleitoral ou no governo. Saturnino e seus próximos nem sequer estão junto de nós de forma mais precisa no momento. Mas a proximidade na luta de massas com o PDT, PV e PCdoB não necessita, necessariamente, se transformar em coligação eleitoral. Lutando pelas diretas, temos de abrir nossa própria alternativa.

A grande imprensa noticia a cada dia que Lula vai ser vice de Brizola, ou que o PT vai apoiar Brizola no segundo turno, ou que Lula e Mário Covas estão se entendendo para o apoio do PT a Covas etc. Precisamos deter esta onda (para que ela não pegue) que nos joga para papéis secundários na cena política. Independentemente de podermos apoiar outro partido no segundo turno, é preciso que mostremos disposição em sermos apoiado no segundo, ou seja, que mostremos que vamos entrar nas eleições presidenciais para ganhar. A

afirmação de nossa candidatura própria é necessária. Sugiro que o Diretório Nacional jogue para a Convenção de novembro o nome de Luiz Inácio da Silva para candidato a presidente. O PT cresce e tem que começar a agir como partido grande.

A questão do Rio suscita portanto a necessidade da Convenção Nacional discutir de frente para o movimento de massas e para as alternativas eleitorais. Mas a questão do Rio coloca na ordem do dia outra coisa que já está na pauta da Convenção Nacional, embora parcialmente. Refiro-me à vocação do PT. Quer ser um partido ou mera frente? Esta indagação não de faz presente somente em função de organizações dentro do PT, e por isso a discussão ainda é parcial. Faz-se presente em relação aos setores à la Airton, que não constroem o Partido, nutrem-se de canais próprios ou do movimento, não aceitam a disciplina partidária e usam o PT como legenda para um trabalho próprio.

Tanto estes setores como as organizações deram uma contribuição à construção do PT. Mas a cada dia retiram muito mais do PT do que lhe dão e começam a dificultar a própria vida partidária, na medida em que têm uma política deles mesmos para cada questão política sindical ou comunitária e se articulam à margem do PT, que se expressam como força própria.

Os exemplos são diversos. Os adesistas deram um. Podemos dar outros. Em um ato público, um conhecido dirigente sindical petista falou em nome de sua organização. É sabido de núcleos que se formam já como núcleos de uma ou outra organização. Ou de companheiros que são ganhos pela política do PT mas que não chegam nunca à estrutura partidária.

Estes setores começam a enfraquecer o partido, a confundir o amplo setor de massas que se aproxima de nós. Está na hora de se integrarem de vez no Partido ou procurarem caminho próprio, seja como partido legal, seja como militante individual em partidos onde esse tipo de prática é bem acolhida.

As regras do jogo partidário devem ser cumpridas. Tendências dentro do Partido, sim. Democracia interna, sim. Partido dentro do Partido não. Legenda para projetos de outro tipo, não.

Está na hora de decidir. Recentemente, uma organização tirou uma resolução de entrada no PT (o MTS). Entre as justificativas de tal posição está a de que o PT é um partido de frente que se reconhece como tal e garante autonomia às organizações... E já se anuncia que a dissidência deste MTS vai entrar também em nosso partido.

A questão do Rio traz à baila a existência de nossa própria vocação partidária. É isto que está por trás de discussões regimentais: frente de esquerda ou Partido dos Trabalhadores.

Wladimir Palmeira
Deputado Federal PT/RJ

ASSINE



Nome

Endereço

Cidade,

CEP Estado

Anual Cz\$ 150,00 BIANUAL Cz\$ 300,00

Faça já sua assinatura enviando um cheque
(no valor de sua assinatura) juntamente com
este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES -
Boletim Nacional - Av. 11 de Junho, 260
CEP 04041 - São Paulo - SP

A infeliz "imagem global"

A escandalosa e cristalina aliança existente entre Governo(PMDB-PFL)/Globo é algo que precisa ser denunciada a público pela forma como se manifesta, ou seja, atingindo dura e constantemente os interessados na verdadeira reformulação político-econômica do país, os quais não têm espaço nem vez dentro da organização "global", que prefere abertamente transmitir à população, seja ela leitora de jornais, telespectadores ou ouvintes de rádio, uma imagem que não condiz com a realidade triste em que vivemos. Imagem esta que é exclusividade da aliança dita "democrática", que uma vez no poder, esqueceu-se por completo dos propósitos e ideais passados ao povo nas praças públicas, há pouco mais de dois anos, e tenta impingir à população, através do "oba-oba", "tudo bem", que estamos vivendo num mar de rosas. Recentemente a TV já citada mostrou ao país inteiro, através de seu noticiário nacional, a triste imagem de um episódio ocorrido em Manaus, com trabalhadores, motoristas, e organizados em seu sindicato, viram-no invadido por policiais de choque a mando do governo daquele estado (integrante da aliança "democrática"). Chefes de família foram baleados - pelos PMs. Um verdadeiro atentado(...) Isto sim poderíamos chamar de atentado, contrariamente ao episódio do Rio de Janeiro no Passo Imperial. O mais impressionante é que depois de tudo, a referida

emissora de TV foi ouvir a quem? Ao governador, é claro. Este, condescendente com os propósitos de seu partido, lamenta profundamente os vidros quebrados de uma viatura policial e um PM levemente ferido, esquecendo-se que seis trabalhadores ficaram gravemente feridos.

No outro extremo do país, aqui no Rio Grande do Sul, há dias a emissora da organização "global" fazia a cobertura de uma invasão dos sem-casa a um núcleo habitacional da COHAB inacabado e inabitado e pediu a manifestação do secretário da segurança do (des)governo Simon, a respeito do assunto. Este apresentou imediata solução: "O remédio para a invasão dos sem-casa aos núcleos habitacionais é a correta aplicação da medida judicial adequada, ou seja, a ação possessória contra o "esbulho" praticado."

Ao invés de requerer uma política habitacional justa, coerente e digna ao país - o que sanaria em parte tais problemas - preferiu a corrente do autoritarismo (...)

Episódios desse gênero poderia eu citar inúmeros e quem prestar atenção aos noticiários irá certificar-se da realidade. O PT é parte visada e altamente prejudicada. E não fossem os programas em rede nacional não teria chances de externar seus propósitos(...)

Aníbal da Rosa Gomes Filho

Vamos mudar o debate?

Tenho procurado acompanhar o debate das diferentes correntes ideológicas e políticas no interior do PT. O "esquema" lembra muito as intermináveis discussões nos idos dos anos sessenta, entre os marxistas e as diferentes tendências e rupturas com a "tradição marxista".

Evidentemente este debate é importante, mas outras reflexões poderiam ser colocadas como pontos de pauta de uma discussão urgente, necessária e feita com paciência!

O nosso PT é um produto político e histórico basicamente de três principais posições políticas: a) as sindicalistas e militantes dos movimentos populares; b) os leigos, católicos da pastoral operária, pastoral da terra e comunidades eclesiais de base; c) as várias tendências que se reivindicam da "tradição marxista".

Neste sentido se faz urgente saber o que entendemos por **Partido Político**, quais as implicações do PT na

formação política e cultural dos últimos trinta anos e como pensar um "partido político" moderno, democrata e socialista, num país de dimensões geográficas, culturais e econômicas tão peculiares e diferenciadas como o Brasil.

Como unir os movimentos sindicais, pastorais e demais movimentos dos trabalhadores para dar mais dinamismo e força ao Partido dos Trabalhadores?

Última questão: colocar as lutas do PT no contexto de uma economia capitalista periférica e nos problemas que iremos enfrentar no século XXI - defesa da natureza, guerra nuclear, desarmamento mundial, luta pela paz...

É uma tarefa sobrehumana mas, afinal de contas, o PT tem apenas sete anos de existência e portanto devagar com o andar...

José Pedro Renzi - Araraquara/SP

"Recado ao presidente"

Sou presidente da Associação dos Moradores do Morro da Candelária, na Mangueira (RJ), e do Diretório da 8.ª zona. Eu gostaria muito de poder ver se o Lula pode estar aqui no meio dos companheiros desta comunidade de Mangueira, pois não me lembro de ter visto o Lula em morros do Rio.

Se isto acontecer vai fortalecer muito o PT aqui na Mangueira e fortalecer nosso trabalho nesta Associação.

Venha pra Mangueira PT! Saudações candelarianas a todos do Partido dos Trabalhadores.

Jorge Arruda

FWP promove debates

A Fundação Wilson Pinheiro promoverá, entre os dias 24/9 e 3/12, um ciclo de debates intitulado "Encontros com a História". Todas as plenárias serão realizadas na sala dos estudantes de Faculdade de Direito da USP (Lgo. São Francisco, 95 / SP) às 19 horas. Foram convidados, para dar seus depoimentos e conduzir o debate, os companheiros Apolônio de Carvalho (Experiências com as esquerdas brasileiras, 24/9), Aziz Simão (Anarquismo e Socialismo, 15/10), Fulvio Abramo (Experiências das lutas sociais e políticas nos anos 30 e 40, 26/10), Antônio Cândido (Caminho do Radicalismo, em duas partes 26/11 e 3/12).

Dando sequência ao ciclo de debates sobre Economia, a FWP também convida para a palestra do Sr. Laurence Phi que fará uma exposição sobre o Projeto Econômico de Emergência do PT. O evento terá início às 20 horas, no auditório do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo Rua Avanhandava, 126, 11.º andar.

AVISO

Recebemos dos companheiros Carlos Geraldo Megale e Glauco Arficio duas contribuições para o debate das tendências extremamente longas. Assim, pedimos aos companheiros que reescrevam seus artigos em 60 linhas de 70 toques.

Mais um núcleo... dá-lhes PT!

É com grande satisfação que comunicamos a fundação do **Núcleo dos Bancários Petistas de Jundiá**. Este núcleo é o primeiro estabelecido oficialmente na cidade, desde a fundação do Partido.

Participam dele dirigentes sindicais da Associação dos Bancários de Jundiá (que abrange sete cidades) e militantes bancários. O movimento sindical jundiáense "realizou" depois da grande greve bancária de 1985 e hoje Jundiá já conta com 5 sindicatos Custistas!

Gostaríamos que a criação do Núcleo dos Bancários Petistas de Jundiá fosse registrada no BN para que assim servisse de incentivo à criação de novos núcleos bancários, e de todos os trabalhadores em nosso país. E dá-lhe PT.

Roberto Rod

Nosso endereço:
Av. Paula Pentead, 252 (Centro)
CEP 13200
- Jundiá /SP.

BOLETIM NACIONAL

Setembro de 1987 - N.º 31

Órgão Informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041
São Paulo/SP - fone 575-2299

Editor: Bernardo Kucinski
Secretária de Redação e Produção:
Marisa Lourenço

Diagramação: Max Alberto Gonzalez

Revisão: **Marta Magnani**

Composição, Fotolito e Impressão: **DCI**

Tiragem: **15 mil exemplares**

CUPOM

Autorizo a remessa de um pacote do Boletim Nacional e envio o cheque de pagamento que poderá ser descontado em..... dias.

pacote de 50 boletins, no valor de Cz\$ 250,00
 pacote de 100 boletins, no valor de Cz\$ 500,00
 pacote de 150 boletins, no valor de Cz\$ 750,00
 pacote de 200 boletins, no valor de Cz\$ 1.000,00

Responsável pela compra

Fone

Diretório

Endereço n.º

CEP.....Cidade.....Estado

do MACHISMO ao SOCIALISMO

Um relato sobre a vida da mulher em Cuba. Um país onde a mulher está em todas, o aborto é legal e o divórcio também.



A Revolução de 1959 permitiu que as mulheres cubanas dessem um grande salto em direção a sua total libertação, demonstrando que a libertação da mulher é parte essencial do processo de libertação de toda e qualquer opressão e só pode acontecer junto deste, ou seja, num processo de profundas transformações sociais. Apesar de ainda existir machismo em Cuba - fato hoje muito mais cultural, mas com sua origem econômica, pela forma escravagista como se deu a colonização da América Latina - as mulheres, assim como os velhos e as crianças, conseguiram incorporar-se à vida social como nunca. Antes da revolução, 80% da mão-de-obra feminina estava voltada para o serviço doméstico, sendo as demais usurpadas pela prostituição, já que Cuba era o grande bordel dos turistas americanos.

Hoje Cuba tem nas mulheres metade do seu contingente de mão-de-obra (elas estão em toda parte: são motoristas, guardas de trânsito etc).

A Revolução criou o Código da Família que, dentre outros

itens, reconhece os mesmos direitos dos casais que oficializam ou não o casamento, além de garantir à mulher o direito de divorciar-se caso o marido não a auxilie nas tarefas domésticas! O divórcio é gratuito e permitido oficialmente até cinco vezes, para que não seja muito oneroso para o Estado. Em geral, os cubanos casam-se assim como se separam muito cedo. Igual ao que ocorre hoje na URSS, China e demais países chamados socialistas, em Cuba as mudanças sociais, que suscitam constantes discussões sobre o machismo, nos locais de trabalho, órgãos do poder popular ou através de cinema (*Retrato de Teresa*, de Pastor Vega) e teatro, fazem com que as relações do casal não sejam muito estáveis.

O aborto é legalizado e feito com toda a infra-estrutura sanitária, mas sua prática é reduzida, devido ao grande número de informações veiculadas pelos meios de comunicação (apenas 2%). Além desses benefícios, as mulheres cubanas contam com lavanderias públicas e creches, onde pagam uma pequena taxa que varia de acordo com a renda familiar.

A licença-maternidade, extensiva aos pais, é de um total de seis meses, sendo três pré e três pós-parto. No caso de a criança necessitar de maiores cuidados, a mãe tem assegurada a licença-maternidade por um período de um ano, sem remuneração, mas com garantia de retorno ao trabalho.

As mulheres compõem hoje grande parte do contingente militar das Forças Armadas e estão organizadas nos sindicatos, nos Comitês de Defesa da Revolução (CDR) e em diversos centros de decisão do país. É comum encontrar jovens cubanas de 18, 19 anos como presidentes de CDR. Mas a associação massiva das mulheres é mesmo a Federação das Mulheres Cubanas (FMC), à qual 80% das mulheres em idade ativa estão associadas. A Federação tem por objetivo estimular e promover a participação das mulheres nas mais diversas atividades, seja em mutirões para construção de moradias, campanhas de vacinação ou mesmo na luta para romper com esquemas tradicionais e preconceitos impostos às mulheres pela sociedade burguesa de antes. Essa luta com-

prende também um trabalho político-ideológico sobre a divulgação da imagem da mulher pelos meios de comunicação, a exemplo do que está sendo feito hoje na Nicaraguá, onde a nova legislação dos meios de comunicação proíbe a divulgação da imagem degenerada da mulher como objeto sexual.

Uma das mais recentes conquistas das cubanas, parte das modificações aprovadas pelo Terceiro Congresso do Partido Comunista cubano, em 86, foi a decisão de ampliar a participação das mulheres, negros e jovens no Comitê Central do partido.

Pode-se afirmar, finalmente, que o bem-estar social das mulheres cubanas, assim como o do restante da população, não deriva somente dos benefícios econômico-sociais garantidos pelo Estado, mas também e em grande parte derivados destes, do elevado nível de solidariedade e companheirismo dominantes nas relações sociais e humanas que a "revolução de todo o povo" permitiu desenvolver nas pessoas. Vale destacar como exemplo a declaração feita por Doris Gunkel-Henning, professora do Instituto Superior de Política e Economia da Universidade de Hamburgo (RFA), que está escrevendo tese de doutorado sobre a mulher cubana e o processo de transformações sociais: "Em Cuba as mães podem conversar com as pessoas normalmente enquanto os filhos brincam, porque todo mundo aqui cuida deles, sentem-se responsáveis por todas as crianças como se fossem uma grande família. Eu comparava e me vinha à mente o que há alguns anos presenciei no edifício do país onde vivo: uma mulher gritava para a outra que cuidasse do filho que se encontrava perto de uma escada muito alta de onde poderia cair: 'Cuida do teu filho', gritava essa mulher."

A experiência cubana, assim como a de países como Moçambique, Argélia, que vêm de tradições culturais muito atrasadas - sobretudo no que tange às condições da mulher - e que hoje constroem sociedades socialistas, é prova tangível de que a elevação da função social da mulher é uma necessidade histórica e não simplesmente de igualdade em relação ao homem. Isto porque foi a divisão do trabalho, determinada pela propriedade privada, que relegou a mulher a uma função de mercadoria e de fabricação de filhos, já que o homem encarnava a força necessária à produção, da forma empírica como essa se desenvolveu.

Andréa Chagas Cerqueira, jornalista, membro da Associação Cultural Brasil-Cuba.